



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PALMEIRAS



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

2024

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	4
1.1 Caracterização Física:	4
1.2 Dados da Unidade Escolar	5
1.2.1 Equipe Gestora.....	5
1.2.2 Recursos Humanos	5
1.2.3 Recursos Financeiros	6
2. APRESENTAÇÃO	7
3. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR	9
4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	12
5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	23
6. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	24
7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA	25
8. METAS DA UNIDADE ESCOLAR	26
9. OBJETIVOS	27
9.1 Objetivo Geral	27
9.2 Objetivos Específicos	27
10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA	28
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR	30
12. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR	31
12.1 Organização dos tempos e espaços.....	32
12.2 Relação escola-comunidade	33
12.3 Relação teoria e prática	34
12.4 Metodologias de Ensino	35
12.5 Organização da escolaridade	35
13. APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR	36
14. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR	37
15. APRESENTAÇÕES DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES	38
16. DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR	39
16.1 Avaliação para as aprendizagens.....	39
16.2 Avaliação em larga escala	40
16.3 Avaliação institucional	41
16.4 Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens.....	42
16.5 Conselho de Classe.....	42
17. PAPÉIS E ATUAÇÃO	43
17.1 Plano de Ação da Orientação Educacional.....	44

17.2. Educador Social Voluntário.	54
18. ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS	55
18.1 Desenvolvimento da Cultura de Paz.....	55
18.2 Qualificação da transição escolar	56
19. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	57
19.1 Gestão Pedagógica.....	57
19.2 Gestão de Resultados Educacionais	57
19.3 Gestão Participativa.....	58
19.4 Gestão De Pessoas	58
19.5 Gestão Financeira	59
19.6 Gestão Administrativa	59
20. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.	60
20.1 Avaliação Coletiva.	60
20.2 Periodicidade.	60
20.3 Procedimentos/Instrumentos de Avaliação.	60
20.4 Registros.	60
21. REFERÊNCIAS	61
22. APÊNDICE	63

1. IDENTIFICAÇÃO

O Centro de Educação Infantil Palmeiras, localiza-se na DF 205, Km 39, na Comunidade Palmeiras, Planaltina, DF e tem como código no INEP o número 53006500. Foi criado pelo Decreto “N” nº 481-GDF, de 14/01/1966. Desde 2014 oferta somente a Educação Infantil. Em 2024 atende aproximadamente 70 alunos, divididos em quatro turmas, no período matutino.

A Equipe Gestora é composta pelo senhor Ronie Rogério dos Santos como diretor, a senhora Ádelly Marques Lopes como vice-diretora e a senhora Débora Nunes da Silva como chefe de secretaria.

O Centro de Educação Infantil Palmeiras é composto por quatro blocos de salas. O primeiro é composto por duas salas de aula, direção, cantina e depósito de alimentos e cozinha para funcionários, uma dessas salas de aula está sendo usada provisoriamente como sala de professores. Outro bloco é composto por uma sala de aula, uma sala de múltiplo uso que abriga a sala de leitura e o Serviço de Orientação Educacional que passamos a fazer jus a partir de 2022, secretaria escolar e depósito de material pedagógico. O terceiro bloco, por sua vez, é composto por duas salas de aula. O quarto bloco é composto de banheiros tanto dos estudantes quanto de funcionários. Os blocos são interligados por cobertura metálica. Em frente ao bloco principal fica o refeitório. No fundo da escola tem-se uma horta escolar, parquinho de areia, parquinho de madeira, ducha e uma área gramada.

1.1 Caracterização Física:

- 05 Salas de Aula.
- 01 sala de múltiplo uso pedagógico: Serviço de Orientação Educacional/sala de leitura.
- 02 Banheiros de professores/servidores (01 masculino/01 feminino).
- 04 Banheiros de estudantes (02 masculinos/02 femininos).
- 01 Pátio coberto.
- 01 Cozinha.
- 01 Depósito de Gêneros Alimentícios.
- 01 Secretaria.
- 01 Direção.

- 01 Cozinha para professores/servidores.
- 02 Depósitos
- 02 Parques, sendo um de areia e um de madeira.
- 01 ducha.

1.2 Dados da Unidade Escolar

- Instituição Educacional: CEI Palmeiras. Código INEP: 53006500
- Endereço: DF 205, Km 39, Núcleo Rural Palmeiras, Planaltina,DF.
- Criação: Decreto “N” nº 481-GDF, de 14/01/1966.
- Turno de funcionamento: diurno.
- Séries Ofertadas: 1º e 2º Período da Educação Infantil.

1.2.1 Equipe Gestora

- Diretor: Ronie Rogério dos Santos.
- Vice-diretora: Ádelly Marques Lopes.
- Chefe de Secretaria: Débora Nunes da Silva

1.2.2 Recursos Humanos

1.2.2.1 Coordenador Pedagógico Local:

- Silvano Gomes da Silva.

1.2.2.2 Professores:

- Ana Beatriz Matos Oliveira.
- Gislaine Pacheco de Souza.
- Milena Alves dos Santos.
- Patrícia Soares da Silva.

1.2.2.3 Vigias:

- Celso de França Silva.
- Edmirson Rodrigues Alves.
- José Francisco Costa.
- Luiz Henrique de Luna.
- Paulo de Sales Riotinto.

1.2.2.4 Merendeiros:

- Ivanice Brito de Almeida.
- Salvina Carvalho Neves.

1.2.2.5 Conservação e Limpeza:

- Maria Caroline Lopes de Oliveira.
- João Alves de Souza.

1.2.2.6 Educador Social Voluntário:

- Vanessa Mares Cardoso.

1.2.2.7 Apoio administrativo

- Ueliton dos Santos.
- Ivo de Brito Vanderlei

1.2.2.8 Orientação Educacional:

- Rebeca de Melo Carvalho Braz

1.2.3 Recursos Financeiros

1.2.3.1 PDAF: Programa de Descentralização Administrativa Financeira – Governo do Distrito Federal.

1.2.3.2 PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola – Governo Federal.

1.2.3.3 Associação de Pais e Mestres da Escola Classe Palmeiras: unidade executora responsável pelo recebimento e aplicação dos recursos do GDF e do Governo Federal.

1.2.3.4 Conselho Escolar: participa nas decisões quanto à aplicação e fiscalização dos recursos recebidos..

2. APRESENTAÇÃO

O CEI Palmeiras, está localizado na Comunidade Palmeiras. Há 11 anos atende com exclusividade e responsabilidade social crianças pequenas de 4 anos a 5 anos. Durante quase 50 anos atendeu turmas multisserriadas de 1º a 5º Ano do Ensino Fundamental até que em 2013 passou a atender apenas essa etapa da Educação Básica.

A Proposta Político-Pedagógica é pautada nas Diretrizes Pedagógicas da Educação do Campo, Currículo em Movimento do Distrito Federal e nos demais documentos oficiais que norteiam a educação pública do país, especificamente do Distrito Federal.

O trabalho pedagógico, pautado na concepção de que a criança é um sujeito ativo e participativo, busca realizar ações educativas concretas, significativas e que atendam as reais necessidades das crianças. Também deve garantir as oportunidades necessárias para a construção de identidade e subjetividade da criança, assim como a garantia dos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Busca-se a promoção paulatina de uma educação antirracista, antissexista, anti-homofóbica e antibullying, considerando as diversidades dos indivíduos bem como a promoção da Educação Inclusiva dos alunos com necessidades especiais. Por se tratar de Educação Infantil, as interações e as brincadeiras são os eixos estruturantes do trabalho educativo.

Até o presente momentoⁱ, não temos matriculadas crianças com deficiências diagnosticadas. Contudo, propomos e mediamos situações em que as crianças experimentam nas relações interpessoais de forma prática e costumaz, o sentimento de justiça e o respeito à diversidade, sendo preparadas a receberem de forma inclusiva e acolhedora todos os que chegarem com alguma necessidade especial em qualquer época do ano.

Busca-se promover a conceituação adequada do termo Educação do Campo, onde o campo seja visto como um espaço de vida que vai muito além da dicotomia urbano/rural, mas que respeita as especificidades étnicas, sociais, culturais, ambientais e históricas de seus sujeitos como participantes ativos na construção do seu próprio processo educativo.

Os Eixos Integradores do Currículo em Movimento são basilares no trabalho educativo da nossa unidade de ensino: Educar e Cuidar, Brincar e Interagir. Juntamente a eles, são considerados os Eixos Transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

Entendemos que o ato educativo não se resume a apropriação do patrimônio cultural da

humanidade, expresso nas artes, ciências, tecnologias, e outras tradições culturais. As crianças também aprendem como se alimentar, higienizar-se, vestir-se e interagir no seu meio social, por meio de situações planejadas com intencionalidades educativas distintas e variadas.

Percebemos que educar e cuidar são ações indissociáveis, dessa forma, cuidar é uma postura essencial e ética de todos os adultos que fazem parte do cotidiano escolar do CEI Palmeiras.

A escola é a referência do estado na comunidade local e também a única promotora de vivências de educação, cultura e lazer para as crianças pequenas das comunidades atendidas.

Para tornar o CEI Palmeiras cada dia mais acolhedor e apropriado para atender a comunidade escolar, a equipe gestora, comunidade e conselho escolar em parceria com a CRE Planaltina tem buscado meios para realizar melhorias quanto à infraestrutura. Por tratar-se de um prédio de aproximadamente 60 anos, ainda há inadequações na estrutura e espaço físico. Em 2023 a unidade escolar foi contemplada com um parque de madeira por meio do Projeto a Cidade é de Todos, coordenado pelo Ministério Público. Além disso foi realizada a adequação da cozinha e depósito de alimentos, pela própria Secretaria de Educação, por meio de contrato de manutenção.

Enfrentamos algumas dificuldades para ter a participação do segmento pais na escola. Não há oferta de telefonia fixa ou móvel na região, o transporte público é insuficiente, assim como a cobertura de internet sofre muitas oscilações. A comunicação é feita na maioria das vezes via agenda escolar ou por meio de grupo de whatsapp. Para atendermos esse segmento, no decorrer da revisão deste Projeto Político Pedagógico – PPP utilizamos questionários no Google Forms e reuniões virtuais, onde debatemos ideias, buscando ampliar a contribuição de toda a comunidade escolar. Assim, buscamos a cada dia novas estratégias para fortalecer o ambiente democrático e permitir o avanço tão necessário em nossas práticas de forma a atender a comunidade escolar que servimos.

3. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

A história do Centro de Educação Infantil Palmeiras remonta há mais de 60 anos. O primeiro documento que faz referência ao CEI Palmeiras é o Decreto “N” nº 481-GDF, de 14/01/66 (Leg. do DF – vol.IV). Por meio de relatos orais, podemos afirmar que as atividades escolares tiveram início antes desta data. Tratava-se de uma casa particular cedida, sob responsabilidade do professor Valdir de Castro. Ali, a Escola Rural Palmeiras é citada como integrante da rede oficial de ensino. Por meio da Resolução nº 95-CD, de 21/10/76, DODF nº 30, de 11/02/77- Suplemento e A.N. da FEDF vol. II), passa a ser chamada Escola Classe Palmeiras. A Portaria nº 17 – SEC, de 07/07/80, DODF nº 129, de 10/07/80 e A.N. da FEDF-vol.I, por sua vez, reconhece a escola como integrante da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal. A escola está localizada na DF 205, km 39, Núcleo Rural Palmeiras, Planaltina.

O documento mais antigo disponível no acervo escolar é um diário de classe em nome da professora Lásara Ferreira de Araújo, do ano de 1971. Muitas histórias pitorescas remontam aos primórdios do CEI Palmeiras. Por conta da dificuldade de acesso e transporte, era comum que a professora passasse a semana na escola. Além disso, era responsável pela produção das refeições dos alunos e limpeza. Destaca-se que uma das alunas desse período passou a trabalhar na escola, ali permanecendo até sua aposentadoria em 2015. Trata-se da senhora Valdete de Brito Vanderley da Silva,

A existência de apenas uma turma era regra. Excepcionalmente atingia-se o quantitativo mínimo para formação de duas turmas. Assim, os professores que assumiam a regência da classe multisseriada também eram os responsáveis pela escola assumindo dupla função. A partir de 1995, passou a existir o cargo de Diretor.

O CEI Palmeiras sempre teve como característica uma infraestrutura deficiente. Somente em 1996 passou a contar com o fornecimento de energia elétrica, conforme registros nos livros de ocorrências. O fornecimento de água potável teve início a partir de 2008, via caminhão pipa. Antes disso, o abastecimento era realizado com a água do rio que margeia a escola bombeada para uma caixa d’água. Esta era feita de amianto, material tóxico e atualmente proibido para uso humano.

Em 2010 foram realizados serviços de perfuração de poço tubular profundo. No entanto, até o momento, a água extraída não é recomendada para consumo. Assim, mantém-se fornecimento de água potável por meio de caminhão-pipa. Em 2023 a bomba do poço danificou. Os transtornos em relação à água votlaram. Tal cenário permanece mesmo depois de sucessivas notificações. Por consequencia aumentou-se o consumo de água recebida via caminhão-pipa.

Tradicionalmente o CEI Palmeiras ofertava os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As turmas eram multisseriadas, sendo uma do 1º ao 3º ano e outra de 4º e 5º ano. A região contava com mais três escolas próximas umas das outras com situações parecidas. A oferta de atendimento era irregular com turmas multisseriadas e nenhuma atendia o Ensino Médio. Ao concluir o Ensino Fundamental os estudantes deveriam cursar o Ensino Médio na área urbana, o que contribuía para que grande deles abandonassem os estudos. No final de 2013, a CRE Planaltina reuniu-se com as equipes gestoras dessas escolas e representantes das comunidades atendidas por elas em busca de soluções para tais demandas, que passariam a vigorar a partir do ano de 2014. Ficou acordado que a então Escola Classe Palmeiras passaria a atender somente 1º e 2º período da Educação Infantil, a EC Monjolo e EC Vale Verde receberiam os alunos do 1º ao 5º ano, e o CED Osório Bacchin atenderia aos de 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Dessa forma, acaba-se com as turmas multisseriadas e estende-se a oferta de Educação Infantil e de Ensino Médio na região.

A partir do ano de 2014 o CEI Palmeiras assumiu seu perfil atual: trata-se da primeira Escola do Campo com atendimento exclusivo em Educação Infantil no âmbito do Distrito Federal, o que a torna única tanto em suas potencialidades quanto em suas dificuldades.

Verificando nos registros disponíveis e nos ombreando em relatos orais, o CEI Palmeiras teve como primeiro responsável o senhor Valdir Castro. Até que fosse criada a função de diretor, a escola teve vários professores como responsáveis, entre eles: as senhoras Marisa Martelli Nascimento, Francisca Vieira Souza, Lúcia de Fátima Monteiro de Castro, Rosaline Ribeiro Costa Soares, Tânia Margareth Moreira, Silvana Seixas Fernandes, Dulcinéia de Castro, Denise Valadares de Carvalho, Geraldo Rezende de Lima, Gracilda Gonçalves de P. Vieira e José Roberto Rodrigues da Cunha. A primeira diretora oficialmente foi a senhora Leopoldina Alves de Abrantes Rodrigues, sendo sucedida pela senhora Marinalva Cavalcante de Azevedo. A partir de 2008 passou a contar com uma equipe gestora composta por diretora, vice-diretora e chefe de secretaria. As ocupantes de tais funções eram as senhoras Sirram

Mustafá Mendes Magalhães, Vera Lúcia Marques Tripudi e Lurdimar Cardoso Veras. Em seguida, a senhora Gizely Ribeiro Porto assumiu a vice-direção. Em 2013 ocorreu uma troca nas funções: Gizely Ribeiro assume como diretora e Sirram Mustafá como vice-diretora. A partir de 2014 sob vigência da Lei de Gestão Democrática, foram eleitas as professoras Sirram Mustafá e Ádelly Marques Lopes, diretora e vice-diretora respectivamente, sendo que o senhor Danilo Vasconcelos Araújo assumiu a secretaria escolar da unidade. As mesmas foram reeleitas no pleito seguinte, com mandato previsto para o triênio 2016-2019. No entanto, em 2018, ocorre mais uma mudança na equipe gestora. A professora Sirram aposenta-se. Em seu lugar assume a professora Ádelly Marques. O senhor Danilo Vasconcelos, por sua vez, assume a vice-direção e a senhora Débora Nunes da Silva passa a ser nova Chefe de Secretaria. Em 2019, o senhor Ronie Rogério dos Santos assume a vice-direção no lugar de Danilo, que deixa a equipe gestora por motivos pessoais.

Eleitos no processo de Gestão Democrática no final do ano letivo de 2019, o senhor Ronie Rogério dos Santos e a senhora Ádelly Marques Lopes, assumem a função de diretor e vice-diretora respectivamente para o biênio 2020-2021. Por conta da pandemia do covid-19 os mandatos de todos os gestores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal foram prorrogados até o final de 2023. Em 25 de outubro de 2023, o senhor Ronie Rogério dos Santos e a senhora Ádelly Marques Lopes, assim como os Conselheiros Escolares foram reeleitos no processo de Gestão Democrática para atuarem no período de 2024-2027.

No 1º Semestre de 2020 a equipe gestora protocolou junto ao nível central da Secretaria de Estado de Educação solicitação para alteração de nomenclatura. Assim, a escola passou a chamar-se Centro de Educação Infantil Palmeiras. No início do 2º Semestre daquele ano, por sua vez, o CEI Palmeiras se inscreveu no Prêmio Gestão Escolar e chegou a ser finalista no nível regional. Seguimos com a proposta de oferecer educação de qualidade, pública e que promova o desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos.

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O ano letivo 2024 teve início com 04(quatro) turmas de Educação Infantil: 02 (duas) de 1º Período e 02 (duas) de segundo Período.

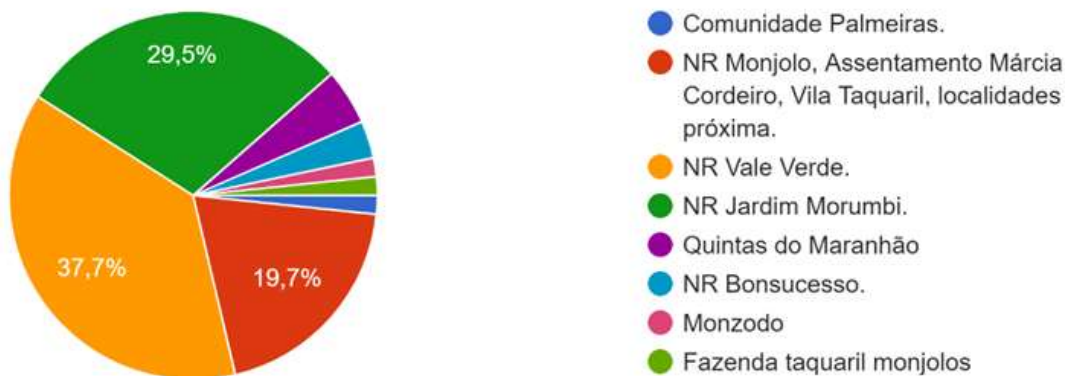
Tabela 1 – Estudantes Matriculados

Ano	Alunos matriculados
1º Período Educação Infantil	26
2º Período Educação Infantil	40
Total	66

Fonte : Secretaria Escolar/ abril 2024

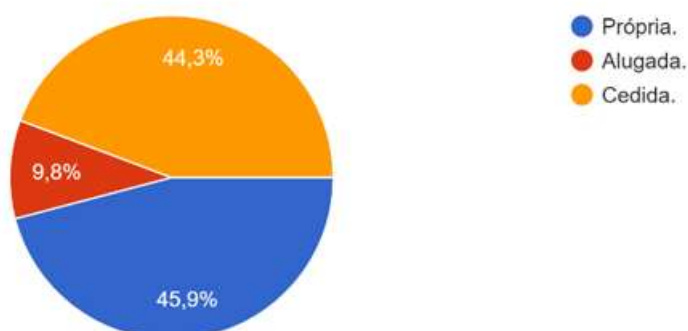
A realização de pesquisas para conhecer a identidade dos sujeitos estudantes e suas famílias é premissa pontuada em documentos norteadores das práticas educativas do Distrito Federal. No início de cada ano letivo, realizamos uma pesquisa de diagnóstico da comunidade escolar, quanto ao seu território geográfico e suas condições sociais, históricas e culturais que define o seu perfil, engendra o nosso Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, e norteia a definição da nossa Proposta Político-Pedagógica. Visualizamos desde as características das residências, práticas ambientais, acesso à internet, energia elétrica, esgoto, água tratada, escolaridade e outros saberes dos chefes de família, a sua relação com o trabalho e os meios de produção.

Gráfico 1- Local de residência



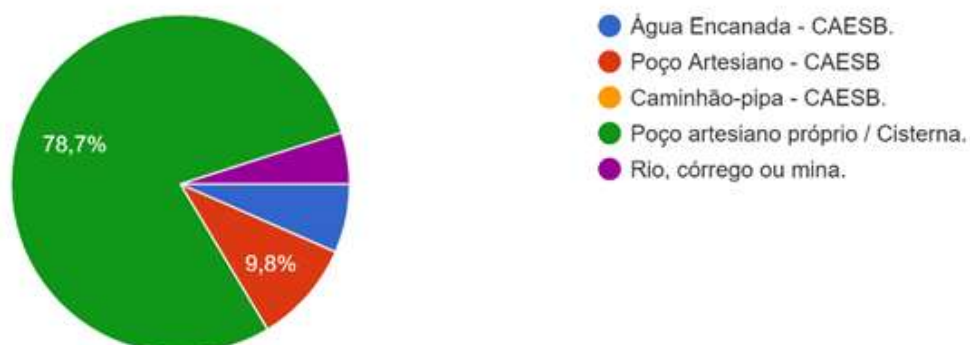
A totalidade dos estudantes é moradora do campo. Atendemos às comunidades NR Vale Verde, Jardim Morumbi, NR Monjolo, Assentamento Márcia Cordeiro Leite e localidades próximas, Quintas do Maranhão, NR Bonsucesso, Mozondó, Fazenda Taquaril e Comunidade Palmeiras, na qual a escola está localizada.

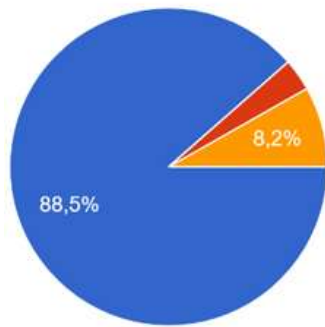
Gráficos 2 e 3 - Quanto ao tipo de casa e tempo de moradia na região



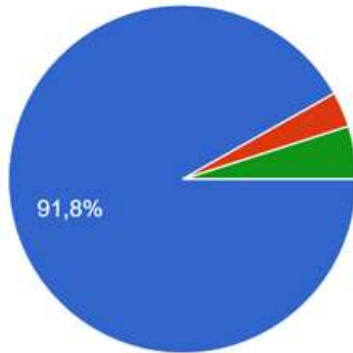
Mesmo com algumas famílias construindo suas moradias em terrenos de parentes, enfrentamos uma grande rotatividade durante o ano. Famílias que chegam e saem da região para trabalhar nas propriedades rurais matriculam e transferem seus filhos durante todo o ano letivo. A maioria delas são oriundas da Região Nordeste do país, porém já atendemos até casos de imigrantes vindos da Venezuela.

Gráficos 4, 5 e 6 - Quanto ao abastecimento, aproveitamento e armazenamento de água.





- Não existe.
- Sim, armazenamos água da chuva e reaproveito nas atividades domésticos.
- Sim, reaproveito a água nas atividades domésticas mas não armazeno água da chuva.



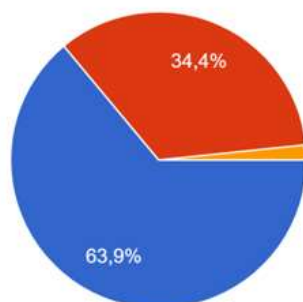
- Caixa d'água instalada.
- Caixa d'água no solo.
- Tambor.
- Nenhum tipo de armazenamento.

Somente 6,6% das famílias possuem água encanada e tratada pela CAESB, sendo que 78,7% usam cisternas ou poços artesianos próprios. Também identifica-se abastecimento por meio de córrego e mina d'água.

Não existe o hábito de aproveitamento de água por meio de captação de águas das chuvas. Apenas 26,7% tem essa rotina. Como a região no geral apresenta muita oferta de água de rios, córregos e minas nas estações de chuva, as famílias fazem a coleta diretamente dessas fontes, sem armazenamento ou tratamento. Por outro lado, sofrem com a escassez de água no período de estiagem.

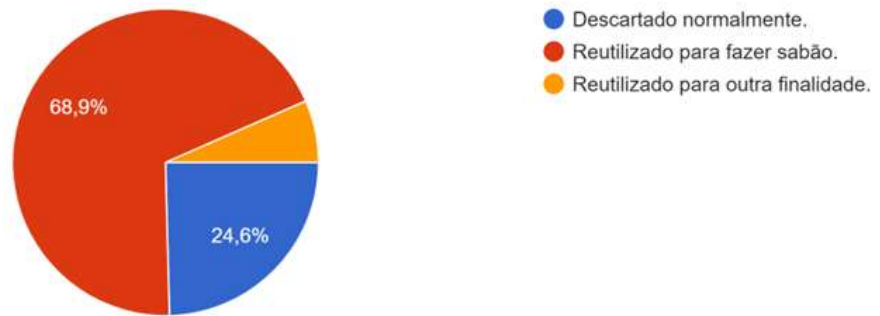
Gráficos 7 e 8 – Quanto ao descarte de lixo e resíduo óleo de cozinha.

Como é feito o descarte de lixo na sua casa?
61 respostas



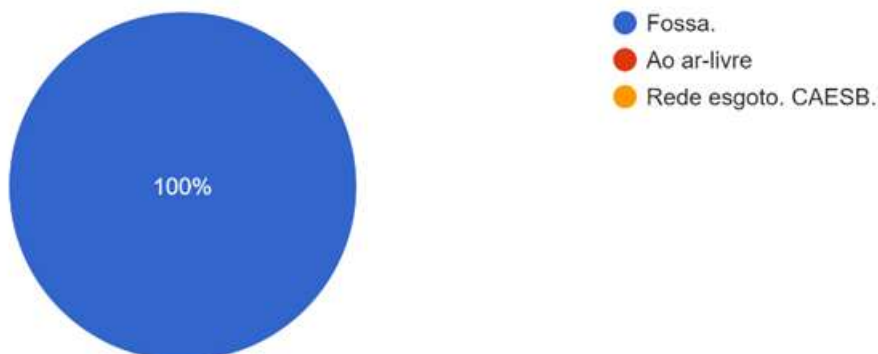
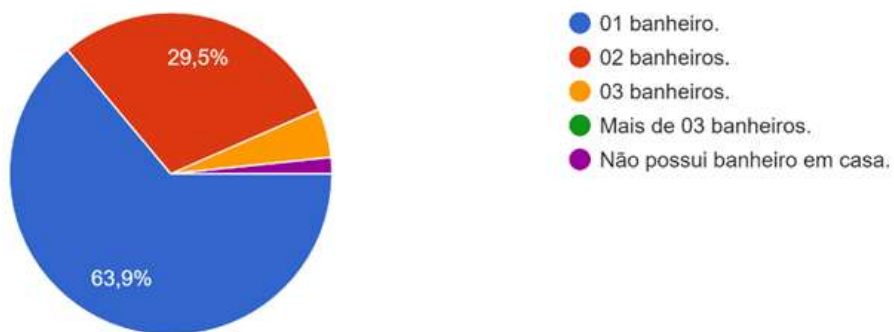
- Coleta regular pelo SLU.
- Incineração (queima) no próprio lote.
- Enterrado.

Qual o destino do óleo usado em sua casa?
61 respostas



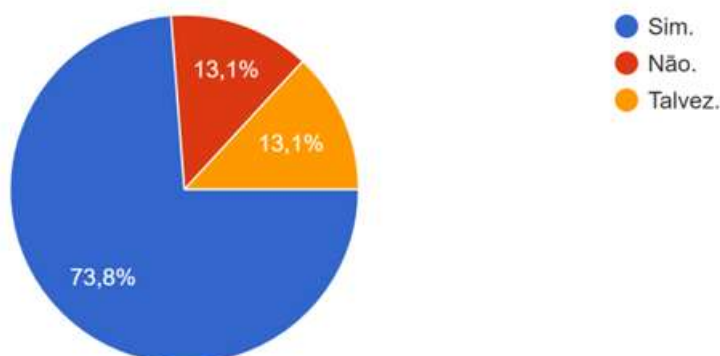
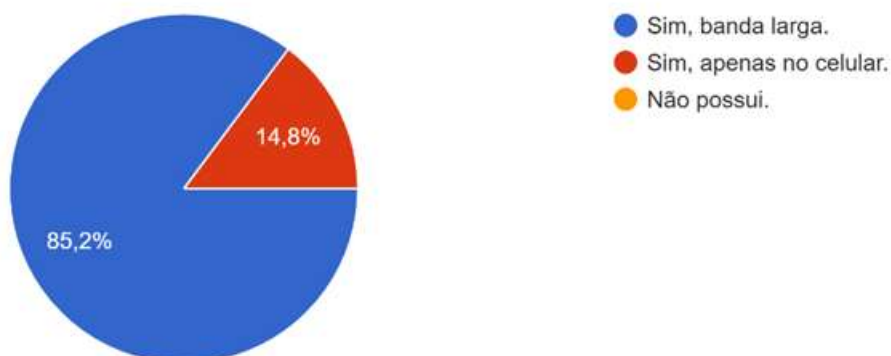
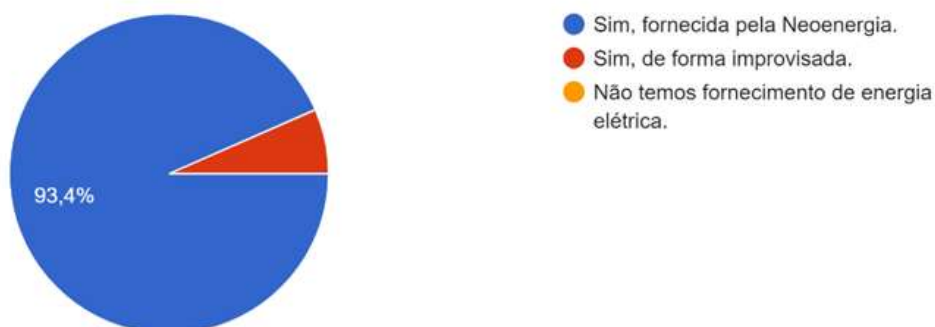
A maioria das comunidades do CEI Palmeiras é atendida pela coleta regular de lixo pelo Serviço de Limpeza Urbano-SLU. No entanto, uma parte considerável recorre à queima dentro de sua própria propriedade. Realizamos periodicamente ações de orientação quanto ao descarte consciente do lixo e propostas de compostagem, reciclagem e reaproveitamento de resíduos como o óleo de cozinha. Para fortalecer a eficiência dessas ações, estamos buscando junto ao SLU, a implementação de contêineres semienterrados preparados para receber resíduos da coleta convencional, os populares papa-lixos.

Gráficos 9 e 10 - Quanto ao uso de banheiros e sistema de esgoto.



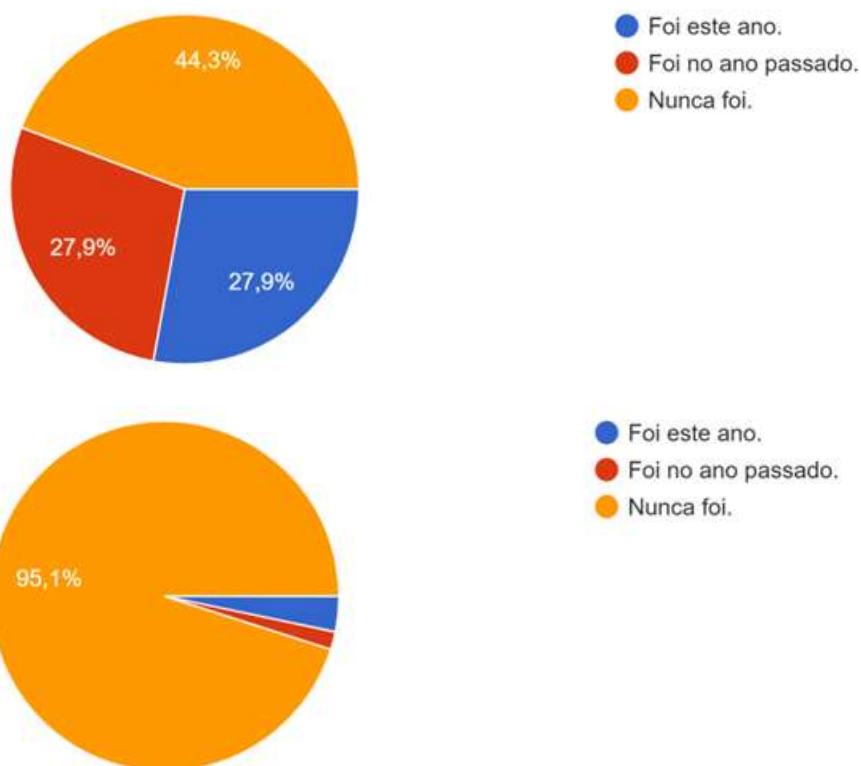
Embora a maioria das residências possuam pelo menos um banheiro, ainda há incidência de algumas que não possuem nenhum. Por tratar-se de moradias localizadas na zona rural, sua totalidade não dispõe de tratamento de esgoto, 100% das moradias possuem fossas sépticas.

Gráficos 11, 12 e 13 – Quanto à disponibilidade de energia elétrica, internet e espaço apropriado para estudos em casa.



Temos vivido um avanço quanto à disponibilidade de energia elétrica e internet na região. A Comunidade Palmeiras, outrora descoberta pelo serviço de internet, passou a ter disponibilidade do serviço em novembro de 2022. A escola atuou como mediadora em busca de empresas interessadas em ofertar internet de fibra ótica na região. Graças a um volume considerável de novos usuários foi possível que os custos quanto a implantação do cabeamento fosse diluído gerando um ganho para toda a comunidade.

Gráfico 14 e 15- Quanto à consulta da criança com dentista e oftalmologista.



Por se tratar da única escola de Educação Infantil da região, o CEI Palmeiras, na maioria das vezes é o primeiro e principal promotor de atitudes básicas de saúde. Mais de 40% das famílias afirmam nunca ter levado suas crianças à consultas odontológicas, o que reflete suas consequências no nosso cotidiano escolar. Muitas dessas crianças apresentam deterioração dos seus dentes decíduos, sofrem com frequentes dores e outros males que a situação pode causar. A maioria dessa parcela não tem o hábito de escovação dos dentes das crianças antes do ingresso na escola, por considerarem a ação desnecessária em “dentes de leite”.

Integramos as ações de prevenção e promoção à saúde por meio do Programa de Saúde na Escola-PSE. A busca do fortalecimento de parcerias e a rede de apoio da Saúde, em particular a

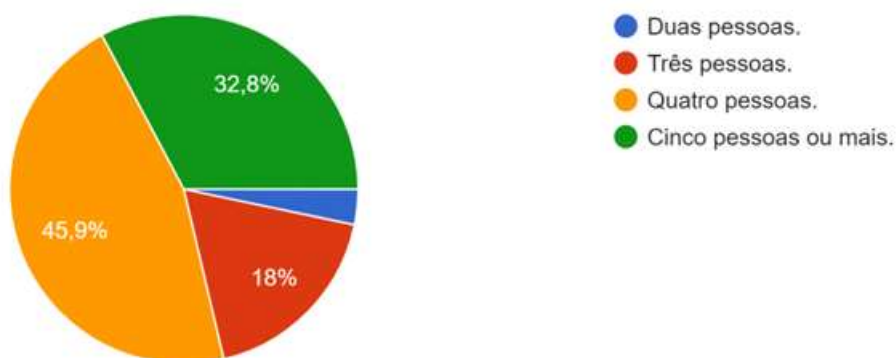
UBS 17, Jardim Morumbi, representam uma prática constante. A escola é ponto de vacinação, funciona como local de atendimento esporádicos para , por exemplo, atividades de acompanhamento do cartão de vacinas e promoção da saúde bucal com aplicação de flúor, orientações e distribuição de kits de higiene.

O Atendimento Educacional Especializado, realiza encaminhamentos médicos, quando necessário, para a especialidade Pediatria Geral na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e esta segue seu fluxo próprio. Os encaminhamentos ao dentista, por sua vez, são feitos diretamente à UBS 17.

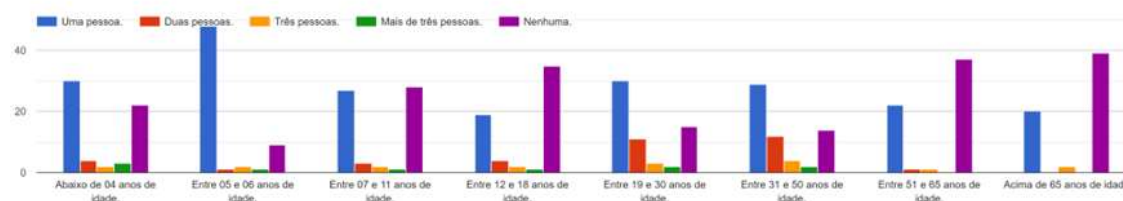
Quando se analisa a questão de consulta oftalmológica, esse número dispara. Mais de 95%(noventa e cinco por cento) das famílias afirmam que suas crianças nunca foram à uma consulta desta especialidade.

No início deste ano letivo, a Diretoria de Assistência à Saúde e Apoio às Políticas Públicas Educacionais Complementares e a Gerência de Atendimento e Apoio à Saúde do Estudante, realizou formação e orientação relacionada ao Teste de Acuidade Visual-TAV. O objetivo é que desta forma a escola deverá encaminharmos seus estudantes ao serviço de acompanhamento da saúde oftalmológica da própria SEE.

Gráfico 16 e 17- Quantidade de pessoas que moram na casa/ idade

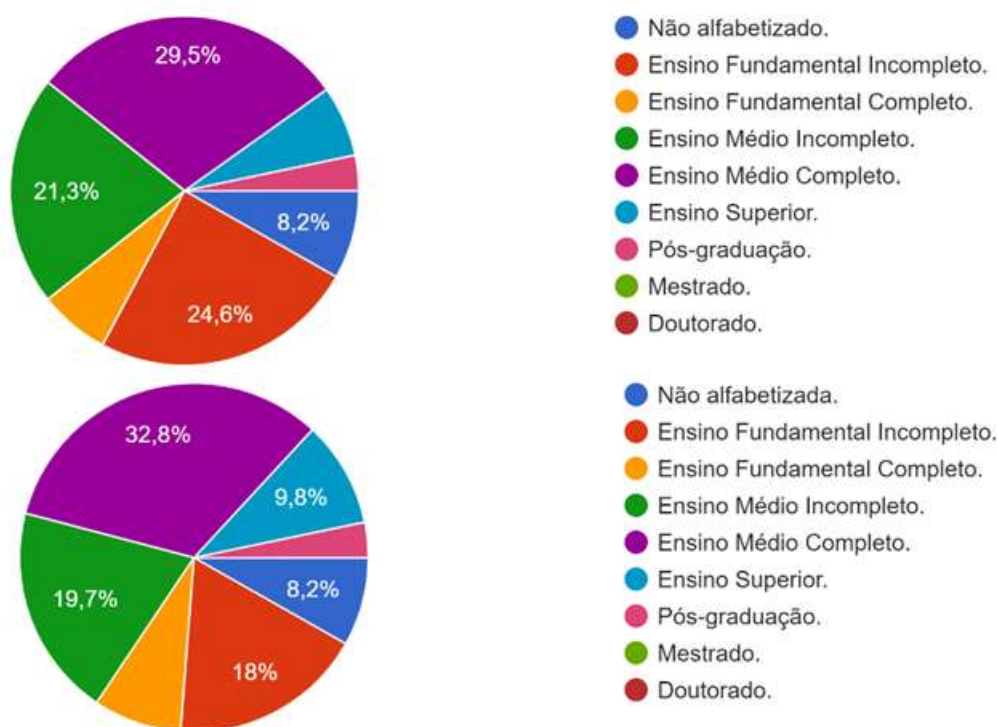


Indique quantas pessoas tem na sua casa em cada faixa de idades.



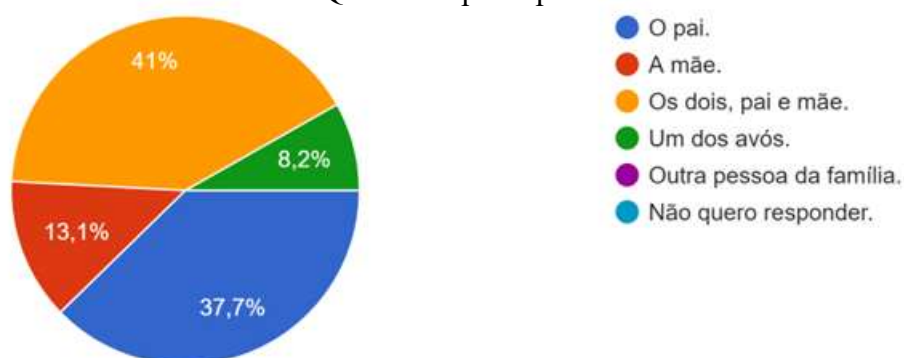
As famílias da região são numerosas e ainda contam com vários núcleos familiares compartilhando a mesma moradia. Como já mencionado anteriormente, devido ao custo de vida nas cidades ser mais elevado, muitos dos filhos recorreram à propriedade dos pais como moradia. Alguns construíram fazendo pequenas “vilas” na propriedade principal, usando o local como dormitório. Muitos trabalham em cidades próximas e não usam a terra como meio de produção ou trabalho. Muitos deles moram dentro das mesmas residências dos pais, no caso avós dos nossos estudantes, refletindo a realidade da pesquisa, 45% (quarenta por cento) tem quatro moradores em casa, 32% (trinta e dois por cento) tem acima de 5 pessoas.

Gráficos 18 e 19 – Quanto à escolaridade do pai ou padrasto e mãe ou madrasta.



O panorama quanto à escolaridade dos pais ou responsáveis pelas crianças tem apresentado uma evolução positiva no decorrer dos últimos 12 anos. 29% (vinte e nove por cento) dos homens afirmam ter concluído o Ensino Médio, contra 32% (trinta e dois por cento) das mulheres. 21,3 % dos homens tem o Ensino Médio incompleto, contra 19,7% das mulheres. Ainda há 8% dos homens e das mulheres que se autodeclararam não alfabetizados.

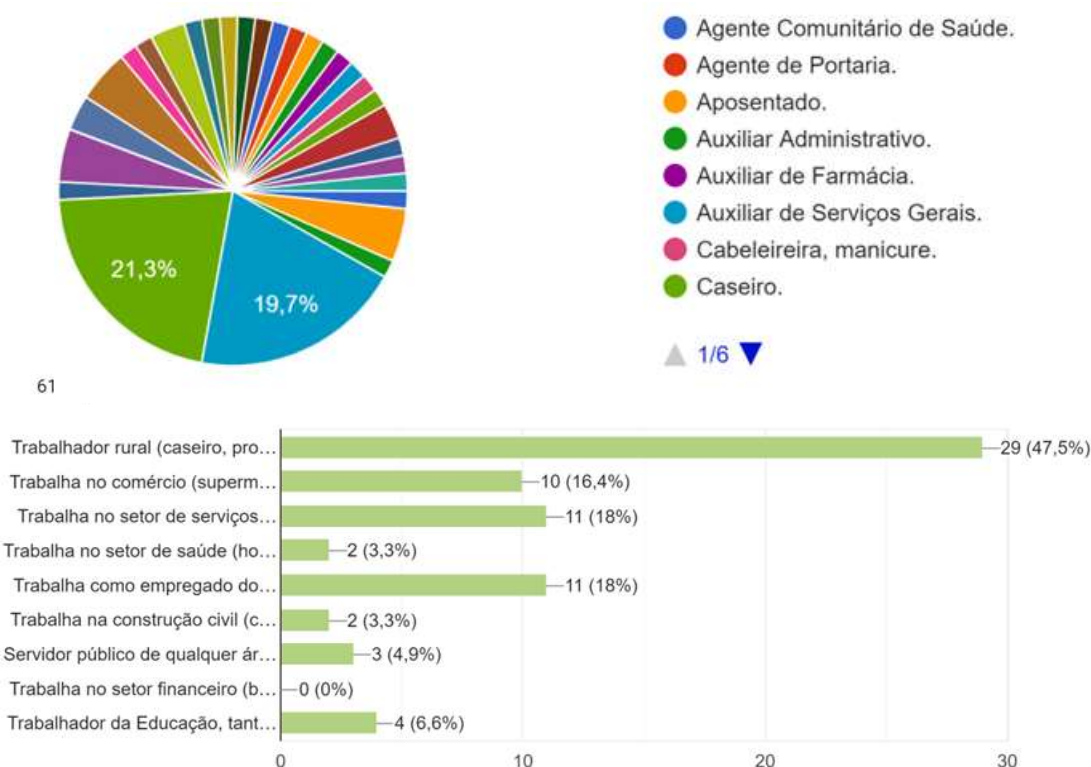
Gráficos 20 e 21 - Quanto ao principal mantenedor e renda média da família.





A inserção da mulher no mercado de trabalho é refletida quando figura como mantenedora principal ou coadjuvante com o seu companheiro. 41% das famílias alegam sobreviver da renda conjunta dos dois mantenedores. Há casos em que a família vive da aposentadoria ou renda ativa dos avós. Contudo, a maioria dos pesquisados afirmam sobreviver com até dois salários mínimos.

Gráfico 22 - Quanto ao setor profissional, profissão dos mantenedores das famílias.



Conforme dados da pesquisa realizada pela unidade escolar, parte dos pais e mães ocupam-se de atividades relacionadas ao campo. 21% são (caseiros, lavradores, vaqueiros, posseiros, meeiros). A segunda parte expressiva 19,7% trabalham em empresas terceirizadas como auxiliar de serviços gerais, e uma terceira parte, 18% trabalham como empregadas domésticas e diaristas. Em menor escala aparecem atividades relacionadas ao comércio, e as terceirizadas ou públicas na área de saúde e educação.

Gráfico 23. Quanto à produção.



No contato diário com as comunidades somos testemunhas oculares de algumas contradições, que acabam aparecendo no resultado de nossa pesquisa. Trata-se da relação que eles tem com a terra, trabalho, luta social e organização coletiva. Percebe-se que do ponto de vista conceitual, a situação na qual o meio rural se encontra imerso é degradante.

Embora tenham seus domicílios no campo, 47% das famílias declaram não realizar nenhum tipo de produção agrícola ou criação de animais em suas propriedades, nem mesmo para o consumo familiar. A maioria deles trabalham na cidade e só voltam para suas propriedades no final do dia. Em alguns casos, somente no final de semana. 42% possuem algum tipo de horta para consumo próprio e somente 4,9% produzem hortaliças para venda.

Quanto à criação de animais (galinhas e porcos), 21% produzem para consumo próprio, 4,9% produzem para a venda e 47% não tem nenhum tipo de produção. Não identificamos produção de doces, compotas, queijos ou derivados entre os participantes, e apenas uma família produz produtos artesanais.

Acreditamos que a escola possui um papel central no desenvolvimento das comunidades camponesas e deve contribuir para a percepção da possibilidade da qualidade de vida no campo, apontando alternativas melhores que a emigração e articulando os saberes escolares aos fazeres dos sujeitos do campo. Estamos buscando parcerias com a EMATER, quanto à orientação técnica do plantio na região, já que o tipo de solo especificamente na região da Palmeiras é de difícil cultivo.

Buscamos fortalecer as lideranças coletivas da região para juntos, trabalharmos por necessidades comuns da comunidade como falta de água tratada, coleta/ reciclagem do lixo, reestabelecimento da Associação de Moradores, promoção de oficinas de artesanato, uso de plantas medicinais, conservas, doces, compotas, sabão caseiro e outros saberes populares que a

vida atual, dominada pelas telas, tem deixado morrer.

Articulando campo e educação, com práticas, projetos e políticas protagonizadas pelos sujeitos do campo, fortaleceremos o fenômeno da Educação do Campo.

5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A partir da compreensão do ser como titular de direitos, valores, saberes e culturas (ARROYO, 2007), a escola fica comprometida a pensar nas articulações mais eficazes para garantir as condições básicas de vida e subsistência de todos, assim como a articulação de mecanismos que oportunizem a atuação e o protagonismo da comunidade escolar na construção da democracia participativa, da garantia e realização de direitos e justiça social.

Articulando interações e brincadeiras, pautamos os espaços para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e culturais. Promovemos situações que os alunos vivenciem diferentes exposições de ideias, culturas e perspectivas, que os tornarão preparados para viver, conviver e atuar em uma sociedade plural.

6. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Oferecer educação de qualidade às crianças, proporcionando-as um ambiente de interação favorável ao desenvolvimento de valores e habilidades individual e coletiva. Promover a valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, na promoção de seu desenvolvimento integral socioemocional, cognitivo e cultural.

7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

Dentro da perspectiva de Currículo Integrado, os princípios epistemológicos que orientam o trabalho são: unicidade teoria-prática, interdisciplinaridade e contextualização e flexibilização.

Vásquez (1977) afirma que, ao falar de unidade entre teoria e prática, é preciso considerar a autonomia e a dependência de uma em relação à outra, e da indispensabilidade de ambas à constituição da práxis.

Para garantir a efetividade desse princípio, devemos privilegiar estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a construção de conceitos.

De acordo com (SILVA, 2011), do professor, especificamente, exige a abertura para o diálogo e a disposição para repensar cotidianamente, com clareza do **Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar?**

A interdisciplinaridade e a contextualização são elementos chaves para que haja a efetivação do currículo integrado. A interdisciplinaridade favorece a abordagem de um mesmo tema em componentes curriculares/campos de experiências diferentes, evitando a fragmentação. A contextualização dá sentido político e social e propicia a relação entre todas as dimensões do processo educativo.

O princípio da flexibilização possibilita a redução da rigidez curricular, promove o diálogo entre diferentes conhecimentos de forma aberta, flexível e coletiva. O professor promove a reelaboração dos saberes de forma qualitativamente superior ao articular os conhecimentos científicos aos saberes dos estudantes, garantindo que estes sejam relevantes para a formação intelectual de cada um deles de forma individualizada.

8. METAS DA UNIDADE ESCOLAR

- Organizar o trabalho educativo de forma que assegure às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades, por meio da escuta sensível, valorizando suas produções, e apoiando a conquista de sua autonomia.
- Ofertar uma educação inclusiva das crianças com necessidades específicas - deficiências, ou inerentes da diversidade humana quanto às características, necessidades, gostos, crenças, formas de pensar, entre outros.
- Articular parcerias em instâncias intersetoriais envolvendo áreas de saúde, trabalho, justiça, assistência social, capazes de acompanhar, monitorar, identificar e buscar soluções para problemas que atrapalhem a garantia e a qualidade do atendimento às crianças e suas famílias.
- Implementar estratégias de revisão, estudo, reestruturação, aplicação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.

9. OBJETIVOS

9.1 Objetivo Geral

- Articular as experiências das crianças com as práticas sociais e pedagógicas vivenciadas no espaço escolar para possibilitar o desenvolvimento de aspectos fundamentais para sua formação integral, por meio da convivência e da construção de afetos, relações e interações que também constituem seu potencial cognitivo.

9.2 Objetivos Específicos

- Garantir que o campo, seus sujeitos e seus processos formadores definam os objetivos, matrizes e categorias teóricas do percurso educativo.

- Na perspectiva da integralidade, ao considerar a criança como ser indivisível, inteiro e único, favorecer a vivência de práticas sociais e a constituição da individualidade a partir da coletividade.

- Valorizar o protagonismo infantil, com a garantia de diferentes formas de sua participação, tanto no planejamento, como na realização e avaliação das atividades propostas, garantindo o acesso à oportunidade de compartilhar saberes, de organizar e recriar suas experiências, de inovar e criar cultura, de ter contato e incorporar os bens culturais produzidos pela humanidade.

10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA

A Educação Infantil é duplamente protegida pela Constituição Federal de 1988, além de ser um direito da criança, é também um direito dos pais como trabalhadores rurais e urbanos em relação aos seus filhos e dependentes. Ilustra a indivisibilidade e a dependência recíproca dos direitos humanos e une os direitos à educação, ao desenvolvimento e ao trabalho.

Nos termos dos artigos 29 e 30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e abrange desde o nascimento até a idade em que a criança ingressa no Ensino Fundamental. A Pré-Escola nasceu no âmbito educacional, preocupada com a formação para as séries posteriores. Cumpre ressaltar que, no ano de 2013, foi instituída a Lei Federal nº 12.796/2013, que altera a LDB e determina que a educação obrigatória e gratuita atenda as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, resultando na obrigatoriedade de as famílias matricularem as crianças na Pré-escola.

O Currículo da Educação Básica da SEEDF fundamenta-se nos referenciais da **Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-cultural**, por ser essa opção teórico-metodológica assentada em inúmeros fatores da realidade social, econômica, cultural, educacional e das contradições sociais nas quais os estudantes estão imersos.

A democratização do acesso e permanência na escola requer que as concepções e práticas educativas sejam revisadas e refletidas de acordo com as necessidades formativas heterogêneas dos indivíduos e de suas comunidades, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias e as oportunidades de se desenvolverem em todas suas dimensões.

A compreensão do desenvolvimento humano situa a escola num contexto marcado por contradições e conflitos de interesses. À medida que a escola assume sua tarefa de garantir a aprendizagem dos conhecimentos historicamente constituídos pela humanidade, de forma que sejam articuladas ao mundo do trabalho, promovemos condições objetivas de emancipação humana por meio da educação.

A Psicologia Histórico-Cultural destaca que a aprendizagem não acontece solitariamente, mas na relação com o outro e que o desenvolvimento das capacidades humanas relacionadas ao processo de aprendizagem, compreende a educação como um fenômeno de experiências educativas, organizadas didaticamente pela escola.

A aprendizagem sob a ótica da Pedagogia Histórico- Crítica e da Psicologia Histórico-

cultural se torna viável, quando a organização do trabalho escolar considera as práticas e os interesses sociais da comunidade, que por sua vez, definem todo o percurso metodológico a ser construído pelos professores, por meio de ações intencionais e didaticamente organizadas.

De acordo com (SAVIANI, 2013) a instrumentalização teórica que norteia o diálogo entre os diversos saberes na mediação do docente, possibilitará a construção de novos conhecimentos.

Para garantir a concepção de educação como direito, e não como privilégio, buscamos a articulação de diversas áreas do conhecimento em eixos contextualizados, gerais e transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

Segundo O Currículo em Movimento, todos os direitos constitucionais do ensino devem ser cumpridos na Educação Infantil: equidade no acesso e na permanência, liberdade de ensinar e aprender, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, gratuidade, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e garantia de padrão de qualidade (art. 206, I a VII), além dos direitos previstos na legislação específica da infância: direito de ser respeitado pelos educadores, direito à creche ou pré-escola próxima da residência e direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico, bem como participar das propostas pedagógicas educacionais (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, art. 53. II e parágrafo único).

Em seu artigo 8º, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ressaltam que o objetivo principal da etapa é impulsionar o desenvolvimento integral das crianças ao garantir a cada uma delas o acesso à construção de conhecimento e à aprendizagem em diferentes campos de experiência, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com seus pares etários, com crianças de diferentes faixas etárias e com os adultos.

A organização curricular da SEEDF busca sistematizar e implementar uma proposta de Currículo Integrado em que os conteúdos mantêm uma relação aberta entre si, podendo haver diferentes graus de integração (BERNSTEIN, 1977).

O desenvolvimento pedagógico e curricular das escolas do campo origina-se a partir da vinculação às matrizes formativas da população do campo, quais sejam: Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivências de Opressão, Conhecimento Popular, Organização Coletiva, identificadas por meio de um inventário da escola e da comunidade (Inventário Social, Ambiental, Histórico e Cultural), como atividade de pesquisa a ser realizada por docentes, estudantes e comunidade escolar em geral, de forma que os saberes e fazeres do povo camponês constituam se referência para a práxis pedagógica.

Conforme proposto pelo Currículo em Movimento do Distrito Federal- Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes o educar e o cuidar, bem como o brincar e o interagir. Essa etapa da Educação Básica não se organiza com base em conteúdos, componentes curriculares ou áreas do conhecimento, mas suas aprendizagens devem se apoiar nos direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, todos emergindo dos princípios éticos, estéticos e políticos expressos nas DCNEI (Brasil, 2010 a.p.16)

12. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

Se a escola, em sua essência, tem como papel proporcionar oportunidades para sistematização e para a consolidação do conhecimento construído social e coletivamente e, se isso ocorre a partir da interação dos sujeitos e destes com o ambiente em que vivem não é possível à instituição desenvolver as atividades educativas alheias aos anseios do povo de sua comunidade. Referindo-se a esta relação, Içami Tiba (2006) afirma que se deve lembrar sempre que pais e escola deveriam ser parceiros. Pais com coerência, constância e escola com consequência educativa são complementares. Considerando as especificidades do atendimento educacional na Primeira Infância, as duas semanas iniciais do ano letivo são planejadas para a acolhida e inserção das crianças no ambiente escolar.

Na SEEDF, a Gestão Democrática, a Formação Continuada, a Coordenação Pedagógica e a Avaliação Formativa são considerados elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. Também consideramos o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental como bases que sustentam os pilares da proposta político-pedagógica da unidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009, p. 17) orientam:

“Na busca de garantir um olhar contínuo sobre os processos vivenciados pela criança, devem ser criadas estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos por elas, sendo necessário planejar e efetivar o seu acolhimento e de suas famílias quando do ingresso na instituição”.

A inserção/acolhimento é o processo pelo qual a criança passa desde seu ingresso na escola até que ali permaneça com tranquilidade e sem sofrimento. Sendo assim, a fim de obtermos sucesso nesse processo, aproveitamos a semana pedagógica para planejar as ações/atividades a serem desenvolvidas com a participação efetiva de cada segmento envolvido: família, equipe gestora e demais atores da comunidade escolar.

Recebemos as famílias no primeiro dia de aula com reunião de pais/professores, presencialmente onde apresentamos a função social da escola, missão, objetivos, metas e estratégias de trabalho da nossa instituição. Aproveitamos o Projeto Hora Alegre, para iniciarmos com a história que norteará a sequência didática a ser trabalhada durante o período de inserção/acolhimento, de forma que o trabalho seja contextualizado, prazeroso, que leve à aproximação mediante interações positivas, criação de vínculos afetivos e minimize a ansiedade que a “separação” do exclusivo convívio escolar possa causar aos envolvidos no processo alunos

e familiares. Organizamos tempos, materiais, ambientes, sequências didáticas de forma específica nas duas primeiras semanas de aula, de forma a propiciar uma aceitação na perspectiva de acolhida. A qualidade do acolhimento garante o êxito do desenvolvimento da afetividade entre as crianças e os adultos e, conseqüentemente impactará na qualidade do trabalho pedagógico da escola.

O planejamento das atividades pedagógicas acontece de forma coletiva, buscando a práxis pedagógica. “A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a **práxis**, ação criadora e modificadora da realidade.” (FREIRE, 1996, p. 25). Propõe-se a realização do trabalho escolar concebido, refletido, desenvolvido e avaliado numa perspectiva crítica, baseada nos princípios norteadores, eixos transversais, estruturantes, metodologias ativas, inseridas nas práticas sociais concretas, realizando a mediação entre o individual e o coletivo visando a aquisição de conhecimento, desenvolvimento de sua integralidade. Organizamos em sequências didáticas e projetos específicos, pautados no lúdico, imersos em campos de experiência, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com a BNCC (BRASIL, 2017): Conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

Os programas e projetos institucionais, os projetos específicos da unidade escolar, assim como os que temos parceria com outras instituições, são articulados numa perspectiva que atenda às necessidades e anseios da comunidade escolar. Todas as temáticas são abordadas priorizando a articulação com suas práticas sociais, a autonomia e a autoria da criança em detrimento de atividades xerocopiadas, ou simples ações isoladas.

O Projeto Hora Alegre, nossa versão do “Plenarinho”, já se consolidou em uma ação educativa que norteia todo o planejamento da instituição.

Estamos trabalhando para fortalecer as estratégias rumo ao aprofundamento do diálogo, aproximação e envolvimento da comunidade em todas as etapas do processo educativo. Utilizamos atividades de alternância pedagógica de territórios, promoção da escuta e análise de situações relacionadas à vida diária, ao ambiente natural e social, à vida política e cultural e às condições materiais dos estudantes e da comunidade.

12.1 Organização dos tempos e espaços

Os tempos são organizados de forma articulada com a participação das crianças. Elas lidam com a duração, periodicidade, sequência, rotina, por exemplo. Sendo assim conseguem

antecipar fatos, fazer planos e construir sua noção de tempo. Os momentos são alternados em atividades de higiene, alimentação, atividades coletivas/individuais, atividades coordenadas pelo professor, atividades de livre à escolha da criança, ainda que supervisionadas pelos profissionais, atividades artísticas, culturais, musicalização, atividades diversificadas de alternância, nos territórios, em que vivem.

Existem muitas possibilidades de organização do trabalho pedagógico ao longo da jornada diária, semanal, bimestral. Planejamos situações-didáticas que integram e articulam as linguagens não somente em cada turma, mas também no coletivo escolar.

Os espaços são organizados em função das necessidades e interesses das crianças, inclusive o mobiliário, materiais pedagógicos, lavatórios, banheiros, filtros de água. Os parques de madeira, na grama, ou de metal, na areia, refeitório, horta, duchas e pátio coberto oferecem vivências diversificadas e permitem uma variedade de atividades que possibilitam perceber cores, odores, texturas e formatos.

A concepção de Educação Integral do Currículo em Movimento, pressupõe que todas as atividades, sejam esportivas, de lazer, ambiental, de inclusão digital, alimentação, brincadeiras e de higiene, por exemplo, são entendidas como educativas e curriculares. Com um arranjo curricular integrado, todas oferecem oportunidades para aprendizagens significativas e prazerosas.

A compreensão do tempo escolar exige um nível mais complexo e flexível de organização do trabalho pedagógico. Assim, é vital que haja total envolvimento do corpo docente, para que por meio do planejamento, acompanhamento e avaliação de suas ações, propicie vivências multidimensionais, de forma articulada, integrada e eficaz no seu objetivo.

12.2 Relação escola-comunidade

Entendemos que o papel da escola não deve limitar-se intramuros, no próprio local onde a prática pedagógica se estabelece. Buscamos uma reestruturação do espaço escolar rumo à aproximação com a comunidade, pois quando conseguimos o aprofundamento do diálogo, damos novos significados ao conhecimento e a escola passa a ficar cada vez mais intimamente ligada à vida das pessoas e aos seus territórios.

O território por sua vez, quando experimentado pedagogicamente, passa a ser ressignificado pelas novas possibilidades de uso, conceitos e importância. Estamos trabalhando para consolidar o acolhimento, participação e a sensação de pertencimento de toda comunidade escolar, contudo, algumas situações elencadas a seguir, tornam-se grandes empecilhos.

A distância das comunidades atendidas entre si e a escola, dificulta a participação da comunidade escolar nas atividades presenciais. A maioria dos pais não tem transporte próprio, e o transporte público da região é insuficiente. Os estudantes vêm para a escola por meio de transporte escolar locado. No entanto, a legislação não permite o transporte simultâneo de pais e alunos. Quando se transporta alunos, os pais não podem vir. Os pais por sua vez só podem utilizar o transporte escolar exclusivamente para reuniões e neste caso sem a presença dos alunos, em hipótese alguma os dois segmentos transitam juntos no mesmo dia. Trata-se de um empecilho que deve ser enfrentado, pois a comunidade escolar, principal interessada, é que percebe o equívoco da legislação.

Outro fator é que apenas 21% (vinte e um por cento) dos responsáveis pelas crianças trabalham nas próprias comunidades rurais, sendo que 89% (oitenta e nove por cento) saem para trabalhar nas cidades próximas, retornam somente no final da tarde, ou em alguns casos, somente aos finais de semana. Mesmo que por lei tenham o direito de acompanhar a vida escolar de seus filhos, muitos por motivações diversas, só comparecem nas reuniões bimestrais que temos a disponibilidade de transporte para os pais.

Apesar de todas as dificuldades elencadas, avançamos em vários aspectos que influenciam diretamente no envolvimento da comunidade e na qualidade da educação oferecida, tais como a ampliação/adequação do espaço físico, a consolidação da Proposta Político-Pedagógica da unidade, as parcerias em rede, as estratégias de envolvimento do segmento pais em atividades de alternância pedagógica, saindo do território escolar, alguns encontros on-line síncronos e assíncronos, dentre outros. No entanto, é certo que ainda há muito a ser feito.

12.3 Relação teoria e prática

O planejamento das atividades pedagógicas acontece de forma coletiva, buscando a práxis pedagógica. “A teoria sem a prática vira '**verbalismo**', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a **práxis**, ação criadora e modificadora da realidade.” (FREIRE, 1996, p. 25). Propõe-se a realização do trabalho escolar concebido, refletido, desenvolvido e avaliado numa perspectiva crítica, baseada nos princípios norteadores, eixos transversais, estruturantes, metodologias ativas, inseridas nas práticas sociais concretas, realizando a mediação entre o individual e o coletivo visando a aquisição de conhecimento, desenvolvimento de sua integralidade. Organizamos em sequências didáticas e projetos específicos, pautados no lúdico, imersos em campos de experiência, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com a BNCC (BRASIL, 2017): Conviver,

brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

Nas coordenações pedagógicas das terças-feiras, decidimos os temas geradores, objetivos, tempos e responsáveis pela articulação do planejamento das ações educativas. Decidimos coletivamente ideias para a apresentação do Projeto Hora Alegre, e ações norteadoras do planejamento semanal/quinzenal da Unidade Escolar, assim como formas de orientar aos responsáveis quanto à sua contribuição nesse trabalho conjunto. As quartas-feiras são destinadas para encontros formativos, estudos e informes.

12.4 Metodologias de Ensino

Na organização dialética do trabalho pedagógico, a prática social, seguida da problematização, instiga, questiona e desafia o educando e orienta o trabalho do professor com vistas ao alcance dos objetivos de aprendizagem.

As metodologias ativas desafiam a ideia da educação feita pela escola para os sujeitos, colocando o estudante no centro da dinâmica de aprendizagem. Assim, a educação é feita pelos sujeitos e com os sujeitos dela, numa construção processual e coletiva mediada pelo professor.

A produção de conhecimento, baseada nas relações e práticas sociais tem os estudantes como protagonistas do processo. O papel mediador do docente consiste em levantar, interpretar, selecionar, indicar e problematizar os dados, promovendo as mediações necessárias a partir de uma instrumentalização teórica, que por sua vez possibilitará a síntese do conhecimento que retornará a interagir de maneira dialética nas práticas sociais.

Cada tempo, momento e espaço é planejado com objetivos educativos, buscando alinhar conhecimentos científicos e aplicação prática à porções de realidade, e enfoque nos elementos educativos da educação do campo como coletividade, organicidade, trabalho, atualidade, etc., por meio de Unidades Didáticas e Projetos.

12.5 Organização da escolaridade

Atendemos exclusivamente alunos da I Etapa da Educação Básica: Educação Infantil, pré-escola, 1º e 2º períodos, em jornada de tempo parcial, cinco horas, organizadas em regime anual, com previsão de 200 dias letivos.

13. APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR

- 1) **Plenarilha de Educação Infantil:** Identidade e diversidade na Educação Infantil. Sou assim, e você como é?
- 2) **Alimentação na Educação Infantil**, mais que cuidar: Educar, Brincar e Interagir
- 3) Semana Distrital de Conscientização e **Promoção da Educação Inclusiva** aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Lei Distrital nº 5.714/2016)
- 4) Semana da Conscientização do **Uso Sustentável da Água** nas UE/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013)
- 5) Semana de **Educação para Vida** (Lei Federal nº 11.998/2009)
- 6) Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Lei Federal nº 9970/2012)
- 7) Semana do **Brincar** (Lei Federal 13.257/2016)
- 8) Dia Nacional da **Educação Ambiental** (Lei nº12.633/2012)
- 9) Semana Distrital do Estatuto da Criança e do Adolescente- **ECA** (Lei Distrital nº 6846/2021)
- 10) Dia do **Campo** (Portaria nº 419/2018)
- 11) Dia do **Patrimônio Cultural** (Lei Distrital nº 5.080/2013)
- 12) Semana Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/2011)
- 13) Semana Escolar de Combate à Violência à Mulher (Lei Federal nº 14.164/2021)
- 14) Semana do Cerrado (Lei Distrital nº 7.053/2022)
- 15) Semana de Prevenção ao Uso de Drogas (Lei Distrital nº 1.433/1997)
- 16) Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº84.631/1980)
- 17) Dia Nacional do Combate à Dengue (Lei Federal nº12.235/2018)

14. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

- 1) Hora Alegre.
- 2) Horta Escolar: Aprendizagem, cores e sabores.
- 3) Respeito, Responsabilidade e Mobilidade no Trânsito.
- 4) Saltando para o desenvolvimento.
- 5) Caixa Surpresa.
- 6) Maleta Viajante.
- 7) Festa do Campo.
- 8) Saúde na Escola.

15. APRESENTAÇÕES DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES.

1) Projeto Curumins - Leis 11.645, de 10/03/2008.

Associação de Cultura Candanga, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, FAC-Fundo de Apoio à Cultura do DF. Culminância no dia 03/04

2) Concerto Didático – Realizado em 30/04/2024.

3) Meus Dentinhos - Parceria com o Centro Universitário UDF e UBS 17- Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

4) Visita ao Zoológico.

5) Biólogo na escola - 15/05

6) Neo Energia- Ação de conscientização

16. DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR

16.1 Avaliação para as aprendizagens

A respeito da avaliação na Educação Infantil, as DCNEI alertam que as instituições devem “criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação” (BRASIL,2010^a,p.29), ideia que reafirma o que já havia sido estabelecido no art.31, sessão II da LDB.

A ação avaliativa das crianças tem como referência os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento expressos no Currículo, e dá-se no sentido de compreender os processos, e não os produtos das atividades. Esse é o sentido da avaliação **para** as aprendizagens e não simplesmente da avaliação **das** aprendizagens. A diferença é que a primeira promove intervenções enquanto o trabalho pedagógico se desenvolve, enquanto a segunda, também denominada avaliação somativa, faz um balanço das aprendizagens ocorridas após um determinado período, podendo não ter como objetivo a realização das intervenções (VILLAS BOAS,2013)

O aluno deve ser avaliado em relação a si mesmo, pois difere dos demais em termos de experiências, interesses, capacidades e aptidões. Cabe a nós, envolvidos no processo avaliativo educacional, proporcionar oportunidades de ensino e de aprendizagem que lhe possibilitem o pleno desenvolvimento.

Nesse sentido, o registro constitui-se elemento essencial do processo avaliativo e cabe ao adulto que convive com a criança proceder às anotações e demais formas de registro.

As atividades desenvolvidas com as crianças são registradas e documentadas, de forma a permitir troca de informações dentro da equipe, acompanhamento dos progressos realizados pelas crianças e comunicação com as famílias, por meio de (observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, relatórios, fotografias, sanfona de evolução do grafismo, portfólios, caderno de registros). Embora a publicação do Relatório Descritivo Individual do Aluno (RDIA) seja semestral, sua elaboração é diária.

A finalidade básica da avaliação é servir para tomar decisões educativas, para observar e acompanhar o processo de desenvolvimento da criança e para planejar situações, relações e ações. Essa avaliação é responsabilidade de todos os profissionais da instituição, das crianças e dos

familiares ou responsáveis.

Na concepção da avaliação formativa, todos avaliam, e todos são avaliados. A avaliação diagnóstica e a autoavaliação entram no cenário para potencializar a avaliação formativa. A diagnóstica porque as observações devem ser planejadas, sistematizadas e registradas para constituir a avaliação formal, a autoavaliação porque leva os estudantes e demais atores da escola a inserir-se no processo avaliativo e conhecer a si mesmo enquanto aprendem.

A avaliação formativa possibilita ao educando ser um agente ativo e interventivo no seu processo de aprendizagem, fazendo com que ela seja significativa para ele. Os alunos participam da avaliação das atividades e de seus registros, ficando explicitado para ele desde o princípio os critérios e objetivos esperados sempre buscando respeitar a subjetividade de cada um.

A autoavaliação dos alunos proporciona a reflexão de suas atitudes, direcionando também o professor nas intervenções que podem ser realizadas. Tais reflexões são feitas constantemente quando as crianças são levadas a um conflito de pensamento quanto à suas atitudes e o que elas julgam correto. As crianças são dessilenciadas nesse processo, contribuindo para torná-las cidadãs responsáveis por meio da autorregulação e do automonitoramento das próprias aprendizagens. Esse processo ocorre diariamente, nas rodinhas de conversa, surge também a oportunidade para que as crianças possam comentar sobre o seu dia, sobre a sua participação em sala de aula, brincadeiras, relacionamento com os colegas e profissionais da escola. Como são naturalmente espontâneas, costumam manifestar com desenvoltura seus sentimentos. Podem fazer a autoavaliação enquanto desenvolvem as várias atividades, ou simplesmente na roda de conversa, oralmente e por outros meios, como por exemplo entrevistas, ou desenhos. A partir da exposição dos objetivos de aprendizagem, as crianças também utilizam a estratégia das cores, apresentada nos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (MEC), para se autoavaliarem. As cores simbolizam a avaliação que é feita: se a situação é boa, coloca-se a cor verde, se é média, cor amarela, se é ruim, cor vermelha.

16.2 Avaliação em larga escala

Não somos atendidos por avaliações convencionais em larga escala, que aferem a qualidade da educação ofertada, por atendermos exclusivamente a etapa de Educação Infantil. Contudo, a SEEDF por meio da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV) está buscando meios para realizar um acompanhamento pedagógico da educação

infantil, com indicadores de qualidade previstos no caderno do Ministério da Educação.

16.3 Avaliação institucional

A avaliação institucional, também denominada Avaliação do Trabalho da Escola, destina-se a analisar a implementação e consolidação de seu Projeto Político-Pedagógico, para identificar suas potencialidades e fragilidades, além de orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para definir objetivos, metas e responsáveis pelas ações eleitas como indispensáveis para promover o desenvolvimento integral, as aprendizagens e garantir os direitos das crianças.

A autoavaliação pela escola, ou avaliação institucional analisa, retoma, reorganiza os processos utilizados na avaliação para as aprendizagens, trazendo para o centro da discussão os processos e procedimentos utilizados para a realização dos trabalhos no interior da escola e além dos seus muros.

É importante avaliar todas as instâncias que compõem a organização escolar, com o intuito de colocar quaisquer ações à serviço das aprendizagens. BONDIOLI afirma que uma avaliação eficaz pode representar uma maneira ética de convidar os atores internos da escola a um diálogo entre si e com a comunidade, promovendo o sentido da qualidade negociada.

A cada trimestre, utilizamos a metodologia das cores e Os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil como instrumento para analisar aspectos fundamentais para a qualidade da instituição na **Gestão Pedagógica**, expressados em sete dimensões a serem avaliadas:

- 1) Planejamento institucional,
- 2) Multiplicidade de experiências e linguagens
- 3) Interações
- 4) Promoção da Saúde
- 5) Espaços materiais e mobiliários
- 6) Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais
- 7) Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

O trabalho também é avaliado nas dimensões da **Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais, Gestão Participativa, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira e Gestão Administrativa.**

Utilizando o *Google Forms*, elegemos as ações a serem realizadas a curto, médio ou longo prazo, de acordo com a urgência que o problema/ ação requer. Identificados os problemas,

construímos o Plano de Ação definindo: dimensão, indicador, problemas, ações, responsáveis e prazo.

16.4 Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens

Para implementar a perspectiva formativa da avaliação, buscamos fortalecer a participação ativa dos docentes desde a sua concepção, elaboração de propostas, bem como na análise e discussão dos resultados. Além disso, é um desafio planejar e executar momentos de avaliação nos dias previstos em calendário escolar, coordenações coletivas, conselhos de classe, reuniões com a família, assembleia escolar, dentre outros, a fim de garantir a característica colaborativa, integradora e reflexiva do processo avaliativo.

16.5 Conselho de Classe

Na perspectiva da avaliação formativa, o Conselho de Classe planejado é a instância em que se encontram e entrelaçam os três níveis da avaliação: aprendizagens, institucional e larga escala. Pela Lei nº 4751/2012 o Conselho de Classe tem status de colegiado que comporá com outros os mecanismos de garantia da participação democrática dentro da escola.

Quando o Conselho de Classe consegue refletir sobre os indicadores de desempenho, sobre o espaço da coordenação pedagógica, sobre os projetos e demais atividades realizadas no âmbito da escola, com vistas às aprendizagens, intensifica a sua caminhada rumo à avaliação para as aprendizagens, servindo como um órgão colegiado potencializador da gestão pedagógica da escola.

Os Conselhos de Classe serão realizados ordinariamente ao final de cada bimestre, a função principal do Conselho de Classe é identificar, analisar e propor elementos e ações para serem articuladas pela e na escola. É necessário que além dos docentes, sejam envolvidas as famílias e outros profissionais da escola para auxiliarem nas reflexões e nas proposições de projetos interventivos e demais atos que possam colaborar para que sejam garantidos os direitos e as aprendizagens de todos na escola.

17. PAPÉIS E ATUAÇÃO

O CEI Palmeiras não conta com Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA), Profissionais Readaptados, Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR) e temos apenas uma Educadora Social Voluntária como profissional de apoio escolar.

A Orientação Educacional trabalha em conjunto com a equipe pedagógica vice-diretora, professores e coordenador pedagógico no planejamento, análise e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, bem como no projeto de empréstimos de livros para as crianças, já que não temos profissional específico ou Biblioteca Escolar.

O Conselho Escolar eleito no último processo, tem natureza consultiva, deliberativa e mobilizadora, essencial para a Gestão Democrática da escola.

Os espaços-tempos da coordenação pedagógica oportunizam reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico da escola, o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas e inclusivas, a avaliação e autoavaliação, assim como a construção do Projeto Político-Pedagógico da escola.

A vice-diretora e o coordenador pedagógico assumem o papel de articuladores para evitar o isolamento profissional, e promovem ações de formação continuada, sendo também coordenadores formadores que defendem e objetivam o crescimento e a autonomia pedagógica dos profissionais com os quais desenvolvem suas funções.

O cotidiano complexo do trabalho docente acaba levando a querer buscar alternativas didáticas mais práticas para a sua realização. Assim, é um desafio diário para que esses articuladores consigam identificar demandas práticas e recomendar estudos que favoreçam o desenvolvimento da práxis. Realizamos planejamento e estudos para conseguirmos ser eficientes no desenvolvimento de tal tarefa, assim como subsidiamos os docentes no planejamento, execução e avaliação do processo educativo.

17.1 Plano de Ação da Orientação Educacional

PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Pedagogo (a) – Orientador (a) Educacional: Rebeca Carvalho de Melo Braz. Matrícula: 244077-6 Turno: Diurno

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

METAS:

- Estabelecer a formação da Identidade da Orientação Educacional junto à comunidade escolar e promover uma parceria eficaz no processo de ensino-aprendizagem.
- Promover a implementação da Orientação Educacional na U.E acolhendo as demandas das famílias, estudantes e funcionários da instituição.
- Favorecer a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, considerando seu crescimento acadêmico, seu bem-estar emocional, social e físico propiciando uma abordagem holística que os prepare para enfrentar os desafios do mundo moderno, bem como se tornarem cidadãos responsáveis e ativos.
- Trabalhar em cooperação para a criação de um ambiente escolar positivo e inclusivo atuando de forma preventiva em todas as áreas da orientação educacional, para fomentar o sucesso acadêmico, emocional e social dos educandos.
- Cooperar no processo de integração família-escola-comunidade a partir da criação de um ambiente educacional mais inclusivo, onde todos os envolvidos se sintam valorizados, apoiados e motivados a contribuir para o sucesso dos estudantes e também viabilizando o desenvolvimento holístico e o bem-estar de toda a comunidade escolar.
- Contribuir com ações que favoreçam à efetiva participação dos responsáveis na vida escolar dos estudantes.
- Promover palestras para orientação das famílias, do corpo docente e dos estudantes com temas relacionados ao interesse da comunidade escolar.
- Articular formações coletivas relacionadas aos Eixos Integradores da Orientação Educacional em consonância às coordenações de núcleo da escola e parceria com as Redes de Apoio.
- Proporcionar ações que desenvolvam no educando uma consciência crítica pautada em valores, atitudes e comportamentos fundamentados em boas regras de convivência.
- Cultivar o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais da pessoa humana.
- Desenvolver a compreensão dos direitos e deveres da Criança e do Adolescente de acordo com a Lei 8069/90 (ECA).
- Despertar no estudante a consciência da liberdade, o respeito pelas diferenças individuais, o sentimento de responsabilidade e confiança nos meios pacíficos para solução de problemas (mediação de conflitos).
- Elaborar estratégias em parceria com a Escola Classe Monjolo e a Escola Classe Vale Verde para o Projeto de transição dos estudantes.
- Propiciar ações em conjunto com o corpo docente para valorizar hábitos e atitudes relacionados à higiene, à saúde física e mental do educando propiciando um ambiente escolar saudável, visando o desenvolvimento integral e o bem-viver.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Ed. Cidadania a DH	Ed. Diversid .	Ed. Sustent.			
Ensino/aprendizagem	X			<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento Institucional para levantamento de dados sobre o número de estudantes por turma a fim de avaliar a realidade escolar para acompanhamento e intervenção. 	Ações institucionais.	Durante todo o ano letivo de 2024.
				<ul style="list-style-type: none"> Apresentar as propostas de trabalho da Orientação Educacional a partir dos Projetos e Eixos de ações relacionadas às atribuições do cargo junto à equipe pedagógica por meio de uma coletiva com apresentação de slides, folhetos informativos e cópia dos Projetos Caixa Surpresa e Maleta Viajante. 	Ações junto aos professores.	1º BIMESTRE.

<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da identidade da Orientação Educacional a partir de informativos digitais e vídeos explicativos divulgados nos meios de comunicação digital, bem como apresentações nas reuniões de pais/responsáveis e folders para apresentação das atribuições, do papel da Orientação Educacional e como recorrer a esse profissional. 	<p>Ações junto às famílias.</p>	<p>1º BIMESTRE.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Coletivas e palestras de formação em parceria com as redes de apoio para o corpo docente em consonância com a coordenação de núcleo da escola junto à equipe gestora, à coordenação pedagógica, aos servidores, aos pais/responsáveis. 	<p>Ações junto aos professores e ações junto às famílias.</p>	<p>Durante todo o ano letivo de 2024.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Assessoramento pedagógico aos professores a partir de sugestões de atividades em conformidade com o projeto piloto da escola (Hora Alegre). Além das intervenções em ocorrências pontuais. 	<p>Ações junto aos professores.</p>	<p>Durante todo o ano letivo de 2024.</p>

				<ul style="list-style-type: none"> • Articular atividades abordando as categorias temáticas desenvolvidas na Orientação Educacional, com os eixos estruturantes do Currículo em Movimento da Educação Infantil e a Hora Alegre por meio do Projeto Caixa Surpresa. 	Ações junto aos estudantes.	Durante todo o ano letivo de 2024.
				<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento sistemático da frequência das crianças; • Participação e contribuição para o desenvolvimento do conselho de classe; • Sondagem das demandas ou necessidades indicadas pelo corpo docente; • Orientações para as rotinas junto às famílias; • Mensagens motivacionais; • Produção de material de apoio pedagógico. 	Ações junto aos professores, ações junto às famílias, ações junto aos estudantes.	Durante todo o ano letivo de 2024.
				<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento individualizado de forma interdisciplinar reforçando os temas transversais a partir de atividades lúdicas e diversificadas em intervenções pontuais. 	Ações junto aos estudantes.	Durante todo o ano letivo de 2024.
Integração família/escola	X		X	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeos e folhetos explicativos para orientar as famílias sobre a frequência e orientações sobre as legislações. 	Ações junto às famílias.	Durante todo o ano letivo de 2024.
				<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer suporte técnico às famílias e propor medidas de acompanhamento, reforçando a parceria família-escola. 	Ações junto às famílias.	Durante todo o ano letivo de 2024.

				<ul style="list-style-type: none"> Promover a identidade da Orientação Educacional por meio de vídeos, mensagens e folders explicativos. Projeto Maleta Viajante: Produção de atividades pedagógicas para os estudantes abordando os valores. Folhetos explicativos para as famílias, cartazes com as produções realizadas pelos alunos e vídeos. 	Ações junto aos estudantes e às famílias.	Durante todo o ano letivo de 2024.
Desenvolvimento de Competências Socioemocionais			X	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmicas e mensagens acolhimento para toda a comunidade escolar. 	Ações junto aos professores, ações junto às famílias e ações junto aos estudantes	3º BIMESTRE.
				<ul style="list-style-type: none"> Vídeos, coletivas e mensagens motivacionais para o corpo docente. 	Ações junto aos professores.	Durante todo o ano letivo de 2024
				<ul style="list-style-type: none"> Contação de história com bonecos de EVA, “Monstro das cores” (Projeto Caixa Surpresa). Atividades de reconto, desenhar as expressões faciais (emoções), entre outras. 	Ações junto aos estudantes.	3º BIMESTRE.
Projeto de vida			X	<ul style="list-style-type: none"> Vídeos, folders e material impresso para orientar as famílias e docentes na organização da rotina e hábitos de estudo, dentro da realidade da Educação Infantil. 	Ações junto às famílias; ações junto aos professores, ações junto aos estudantes.	2º BIMESTRE

Cidadania	X			<ul style="list-style-type: none"> • Contação da história - com encenação - Faniquito e Siricutico no Mosquito de André Neves e Jonas Ribeiro. • Roda de conversa acerca do tema e atividades variadas para abordar as “palavrinhas mágicas” e hábitos/atitudes. 	Ações junto aos estudantes.	1º BIMESTRE
Autoestima	X			<ul style="list-style-type: none"> • Vídeos, folders e material didático para orientar as famílias, docentes e estudantes na busca pela própria valorização e segurança nas relações como indivíduo social. 	Ações junto às famílias; ações junto aos professores, ações junto aos estudantes.	3º BIMESTRE
Cultura de Paz	X	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Caixa Surpresa: Contação de história “Uma joaninha diferente” e scrapbook com a dinâmica: Quantas joaninhas diferentes com diversas texturas para abordar as diferenças a partir do concreto. Lembrancinha distribuída a toda comunidade escolar sobre respeito e empatia. Folder digital abordando o tema nas redes sociais da escola. 	Ações junto às famílias; ações junto aos professores, ações junto aos estudantes.	Durante todo o ano letivo de 2024
Educação Ambiental	X		X	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades de conscientização a partir de contação de história, explanação de forma lúdica com fantoches com o propósito de estimular os estudantes a respeitar e admirar a natureza e a vida no campo. 	Ações junto aos estudantes	1º e 4º BIMESTRES

Mediação de Conflitos	X	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Vídeos, reuniões, rodas de conversa e intervenções a partir de contação de histórias e produção de material didático. 	Ações junto às famílias; ações junto aos professores, ações junto aos estudantes.	Durante todo o ano letivo de 2024
Psicomotricidade/Ludicidade			X	<ul style="list-style-type: none"> Sugestão de atividades lúdicas, brinquedos e jogos de Psicomotricidade para as crianças e orientações para as famílias. 	Ações junto aos Estudantes e ação junto às famílias.	4º BIMESTRE

Saúde			X	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria com a UBS 17 do Jardim Morumbi a partir de campanhas de vacinação na escola, acompanhamento do cartão de vacinação, higiene bucal com aplicação de flúor e conscientização ambiental. • Vídeos e materiais didáticos para orientar as famílias sobre higiene bucal. Apresentações teatrais com fantoches e atividades lúdicas para ensinar as crianças sobre os cuidados necessários para manter a saúde bucal. • Vídeos, materiais didáticos e palestras de prevenção em ações como: Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade, entre outros. • Projeto Alimentação saudável com o plantio de mudas na horta da escola, merenda com autosservimento, atividades a partir de contação de história, música e teatro para formação adequada do comportamento alimentar e da alimentação afetiva. 	Ações junto aos Estudantes e ação junto às famílias.	Durante todo o ano letivo de 2024
-------	--	--	---	---	--	-----------------------------------

Sexualidades	X	X		<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de contação de história com bonecos de EVA, dinâmica do semáforo do toque e atividades impressas para as crianças. • Vídeos, materiais didáticos e palestras de prevenção à violência sexual, doméstica e familiar. (Maio Laranja, Agosto Lilás) 	Ações junto aos Estudantes, ações junto aos professores e ações junto às famílias	2º e 3º BIMESTRES
Transição	X		X	<ul style="list-style-type: none"> • Várias atividades atrativas na chegada das crianças a partir de música, teatro e contação de história para acolhimento a fim de que os estudantes desenvolvam o sentimento de pertencimento à escola. • Passeio com as crianças para a Escola Classe Monjolo e Escola Classe Vale Verde para o Projeto de transição dos estudantes. 	Ações junto aos estudantes.	1º e 4º BIMESTRES
Inclusão de Diversidades		X		<ul style="list-style-type: none"> • Contação de histórias, dinâmicas, atividades e folder explicativo sobre o tema. • Projeto Caixa Surpresa: contação de história com maquete de cenário e bonecos de EVA, “A chapeuzinho negra”. Atividades elaboradas para desenvolver o respeito às diversidades. 	Ações junto às famílias; ações junto aos professores, ações junto aos estudantes.	Durante todo o ano letivo de 2024

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados:

Estabelecer a avaliação por cada meta apontada.
 Relatório de acompanhamento individual.
 Relatório de ação coletiva.
 Avaliação do setor de Orientação Educacional junto à comunidade escolar.

17.2. Educador Social Voluntário.

O Educador Social Voluntário (ESV) tem como objetivo principal oferecer auxílio e melhorar o atendimento nas unidades escolares que necessitam. Em nosso caso, o atendimento é feito junto à educação infantil, bem como na educação especial. Suas funções são definidas anualmente em portaria própria publicada pela Secretaria de Educação. O ESV atua sob a orientação da equipe gestora, cumprindo suas funções com responsabilidade, pontualidade e assiduidade. Destaca-se que suas atividades contribuem para um ambiente educacional mais eficiente e inclusivo.

18. ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

18.1 Desenvolvimento da Cultura de Paz

Adotamos o respeito à diversidade como um princípio do trabalho realizado no CEI Palmeiras. O respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, religiosos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia. Buscamos o desenvolvimento da formação e desenvolvimento humano nos espaços públicos, em articulação com o mundo do trabalho, controle social e da qualidade da educação escolar.

A educação pautada na dignidade da pessoa humana, de modo que vise o seu desenvolvimento integral, valoriza a ética, a justiça, a diversidade, uma cultura de paz, a não-violência, o desenvolvimento de competências socioemocionais, a empatia e a participação efetiva dos estudantes e suas famílias de contextos diferenciados em todas as fases do processo educativo.

As interações entre os sujeitos, considera que todas as ações, que são em suma originárias de tentativas de satisfazer as necessidades humanas, são mediadas evitando o uso do medo, da vergonha, da acusação, da ideia de falha, de coerção, de ameaças, como predomina na Comunicação Não-Violenta (CNV), de Marshall Bertram Rosenberg.

Assim como incluímos as crianças na autoavaliação, buscamos desenvolver um plano de convivência como um caminho para aprender a conviver em paz. A análise coletiva da realidade pelas crianças demonstram os conflitos específicos da idade, assim como a definição de objetivos comuns, o estabelecimento de compromissos compartilhados e o monitoramento/ avaliação conjunto. Valorizamos o cumprimento das regras/ combinados a partir da compreensão e definição dos motivos.

Trabalhamos pela promoção paulatina de uma educação antirracista, antissexista, anti-homofóbica e antibullying, que considera as diversidades dos indivíduos e a promoção da Educação Inclusiva dos alunos com necessidades especiais

Propomos e mediamos situações em que as crianças experimentam nas relações interpessoais de forma prática e costumaz, o sentimento de justiça e o respeito à diversidade, sendo preparadas a receberem de forma inclusiva e acolhedora todos os estudantes em contextos sociais específicos, sejam imigrantes, refugiados, indígenas, ciganos, quilombolas, em situação de acolhimento institucional, ou outros que chegarem em qualquer época do ano.

18.2 Qualificação da transição escolar

No contexto educacional, a palavra **transição** se refere às diferentes situações em que profissionais e estudantes precisam transitar nas escolas, como um estágio intermediário entre uma etapa e outra ou como um processo temporário que se passa pela vida pessoal.

As transições, intrinsecamente ligada à movimentação, ocorrem constantemente em diversos momentos do ano letivo, com a chegada, retorno, mudança de um estudante, ingresso de um professor novato na instituição, que nunca atuou na docência, ou ainda a saída de um profissional que ali atuou por anos.

Esperamos estar atentos para esses movimentos, tendo olhar sensível e preparado para orientar todos os sujeitos envolvidos nesse processo. A cada novo ano, por se tratarem de profissionais em regime de contrato temporário, temos a mudança de pelo menos cinquenta por cento do quadro de professor. Como atendemos somente crianças de Educação Infantil, enviamos as turmas de II Período para as escolas da região que atendem ao Ensino Fundamental, e recebemos as crianças de I Período, tendo uma renovação de pelo menos cinquenta por cento do quadro de estudantes também, além dos que se movimentam durante todo o ano letivo nas idas e vindas das famílias pelas fazendas da região.

De acordo com Libâneo (2001, p.82) afirma que a “cultura organizacional”, também chamada de “cultura da escola” diz respeito ao conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”. Dessa forma, quando conseguimos promover um clima de convivência favorável por meio do acolhimento aos estudantes e profissionais, garantimos um pilar das condições necessárias para o sucesso das ações pedagógicas propostas pela instituição escolar.

19. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

19.1 Gestão Pedagógica

O eixo integrador específico da Educação Infantil – Educar e cuidar, brincar e interagir – precisa ser considerado juntamente com os eixos transversais do Currículo da Educação Básica da SEEDF: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Nesse sentido, o trabalho pedagógico com a infância implica considerar esses eixos, levando em consideração o protagonismo infantil, com metodologias ativas, abarcando os direitos à aprendizagem voltados às reais e atuais necessidades e interesses das crianças, no sentido de proporcionar seu desenvolvimento integral.

O artigo 29 da LDB prevê que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos **físico, psicológico, intelectual e social**, complementando a ação da família e da comunidade.

O artigo 8º da DCNEI ressalta que o objetivo principal da Ed. Infantil é colaborar para o desenvolvimento integral das crianças ao garantir aprendizagens, bem como os seus direitos à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com crianças e adultos de diferentes faixas etárias.

O cotidiano escolar está repleto desses eixos concretos, emergentes e que reclamam ações sobre questões, como: diversidade cultural e biodiversidade, diversidade em relação à religião, orientação sexual e configurações familiares, diversidade étnico-racial, inclusão das crianças com deficiência, atendimento à heterogeneidade e à singularidade, direito às aprendizagens, infâncias vividas ou roubadas, convivências entre as gerações etc.

Para mediar as aprendizagens promotoras do desenvolvimento infantil, é preciso tencionar uma ação educativa devidamente planejada, efetiva e avaliada, que favorecerá a constituição da individualidade a partir da coletividade. Por isto, é imprescindível pensar o tempo, os ambientes, os materiais e as ações pedagógicas. Ressalte-se, entretanto, que o que determina as aprendizagens não são os elementos em si, mas as relações propostas e estabelecidas com ele.

19.2 Gestão de Resultados Educacionais

Embora a Educação Infantil não seja avaliada em rede, acompanhamos o desenvolvimento das crianças sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, tendo como referência os

objetivos de aprendizagem e desenvolvimento expressos no Currículo em Movimento da Educação Infantil do DF. Acompanhamos no executar das propostas diárias, e por meio da análise da equipe pedagógica nas coordenações coletivas, reuniões e conselhos de classe periódicos, que visam buscar estratégias para efetivarmos o desenvolvimento integral das crianças.

19.3 Gestão Participativa

A nossa proposta é propiciar um ambiente onde haja participação efetiva da família, do Conselho Escolar, da Associação de Pais e Mestres (APM), dos funcionários, enfim, de toda Comunidade Escolar, partindo do princípio de que um ambiente acolhedor nasce com o compartilhamento de ideias, senso de pertencimento, momentos de escuta e respeito às diferenças. Buscaremos incentivar a potencialização das habilidades individuais e a complementação das fragilidades no apoio coletivo, na perspectiva de que todos têm algo a contribuir, e podemos fortalecer as nossas fragilidades quando estamos juntos.

As reuniões de pais, do Conselho Escolar e APM, as coordenações coletivas e O Dia Letivo Temático tem sido palco para implementação dessas ações.

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direitos”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. (PARO, 2000, p 78)

19.4 Gestão De Pessoas

A discussão para definir objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidas, a definição de responsáveis e a motivação pela corresponsabilidade do grupo promove o envolvimento, o compromisso, e a integração dos professores e demais profissionais, assim como dos pais e demais membros da comunidade escolar. A avaliação do desempenho pessoal e conjunto, a valorização e o reconhecimento das contribuições individuais e coletivas motivará a participação efetiva e responsável de todos os envolvidos no processo, assim como garantirá a implementação de políticas públicas, programas educacionais e a obtenção de resultados satisfatórios numa visão holística. Dentre eles, o bem estar físico, social e emocional e a prevenção do adoecimento dos envolvidos no cotidiano escolar.

19.5 Gestão Financeira

Assumimos o compromisso de utilizar os recursos financeiros oriundos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) de acordo com os objetivos estabelecidos pela comunidade escolar e seus órgãos colegiados, assim como buscar Emendas Parlamentares destinadas para custeio e bens de capital.

19.6 Gestão Administrativa

Trabalharemos em conjunto para proporcionar um ambiente de compreensão teórica e prática de direitos e deveres da pessoa humana, e demais elementos que integram o convívio social, desenvolvendo atitudes de solidariedade, diálogo, cooperação, repúdio às injustiças e respeito mútuo, atendendo as necessidades coletivas e individuais dos funcionários , dentro dos critérios legais, para melhor desempenho de suas atribuições e seu bem estar biopsicossocial.

20. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.

O CEI Palmeiras adota um processo rigoroso de acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação do seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Este processo é vital para garantir a eficácia das práticas educacionais e o alcance dos objetivos estabelecidos.

20.1 Avaliação Coletiva.

A avaliação do PPP é realizada de forma coletiva pelas equipes administrativas e pedagógica envolvendo direção, coordenadores, professores, funcionários, pais e até mesmo os estudantes. Essa abordagem colaborativa permite uma visão ampla e diversificada sobre o desenvolvimento do projeto, promovendo o engajamento e a participação de toda a comunidade escolar.

20.2 Periodicidade.

Entendemos que a avaliação do PPP deve ocorrer semestralmente, garantindo uma análise regular e sistemática do seu andamento. Essa periodicidade permite identificar eventuais desafios e realizar ajustes necessários ao longo do tempo, de modo a assegurar a coerência e sua atualização.

20.3 Procedimentos/Instrumentos de Avaliação.

Os procedimentos de avaliação incluem a aplicação de questionários e formulários eletrônicos junto aos diferentes atores envolvidos no processo educativo, como professores, alunos, pais e responsáveis. Além disso, são realizadas observações em sala de aula, análise de registros de atividades e reuniões periódicas para discussão e reflexão sobre o PPP.

20.4 Registros.

Os registros do processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PPP são variados e abrangentes. Eles podem incluir fotos das atividades realizadas em sala de aula, atas de reuniões onde são discutidos os resultados das avaliações, bem como os próprios instrumentos de avaliação aplicados, como questionários e formulários eletrônicos preenchidos.

21. REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9394/96. Brasília, 1996;

BRASIL. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB/DPE/COEDI, 2018.

DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação da Aprendizagem: revendo conceitos e posições. Campinas;

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Orientação Pedagógica da Orientação Educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Brasília: [Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal], 2019.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Infantil**. Brasília, 2ª edição 2018

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Caderno do Brincar. O brincar como direito dos bebês e das crianças**. Brasília, 2021

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Caderno Guia da Alimentação na Educação Infantil: Mais do que cuidar: educar, brincar e interagir**. Brasília, 2015.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Caderno Guia da XI/XII Plenarinha: Identidade e diversidade na Educação Infantil: “Sou assim e você, como é?”** Brasília, 2023

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Caderno Orientador: Convivência Escolar e Cultura de Paz**, Brasília, 2020

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala(2014-2016). Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília, 2019

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Indicadores de qualidade na educação infantil**. Brasília, 2019

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas. SEEDF, 2014

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. PRESSUPOSTOS

TEÓRICOS – Currículo em Movimento da Educação Básica, SEEDF, 2014

_____ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, Brasília 2016.

_____ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Projeto Político Pedagógico Carlos Mota, Brasília, 2012

_____ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. TRANSIÇÃO ESCOLAR: Trajetórias na Educação Básica do Distrito Federal. Brasília, 2023.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: uma prática em construção; da pré-escola à universidade. Editora Mediação, 2014

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

22.APÊNDICE

INVENTÁRIO ESCOLAR: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PALMEIRAS

Eu Voltarei

*Meu companheiro de vida será um homem corajoso de trabalho,
servidor do próximo,
honesto e simples, de pensamentos limpos.*

Seremos padeiros e teremos padarias.

Muitos filhos à nossa volta.

*Cada nascer de um filho
será marcado com o plantio de uma árvore simbólica.*

*A árvore de Paulo, a árvore de Manoel,
a árvore de Ruth, a árvore de Roseta.*

Seremos alegres e estaremos sempre a cantar.

*Nossas panificadoras terão feixes de trigo enfeitando suas portas,
teremos uma fazenda e um Horto Florestal.*

*Plantaremos o mogno, o jacarandá,
o pau-ferro, o pau-brasil, a aroeira, o cedro.*

Plantarei árvores para as gerações futuras.

Meus filhos plantarão o trigo e o milho, e serão padeiros.

Terão moinhos e serrarias e panificadoras.

*Deixarei no mundo uma vasta descendência de homens
e mulheres, ligados profundamente
ao trabalho e à terra que os ensinarei a amar.*

*E eu morrerei tranquilamente dentro de um campo de trigo ou
milharal, ouvindo ao longe o cântico alegre dos ceifeiros.*

Eu voltarei...

*A pedra do meu túmulo
será enfeitada de espigas de trigo
e cereais quebrados*

*minha oferta póstuma às formigas
que têm suas casinhas subterra*

*e aos pássaros cantores
que têm seus ninhos nas altas e floridas
frondes.*

Eu voltarei...

Cora Coralina

1.INTRODUÇÃO

Desde a Proclamação da República em 1889, há relatos históricos de escolas situadas em áreas rurais para atender aos estudantes residentes nessas áreas. Essa escola passou por movimentos de extinção, reorganização e estruturação quanto a diversos aspectos, contudo, a base de sua concepção era latifundista, empresarial, visando uma escola única que preparasse o indivíduo para o mercado do trabalho e o desenvolvimento da monocultura. O ensino, sempre planejado no espaço urbano e aplicado na área rural, não condizia com as necessidades da população do campo e seu desenvolvimento omnilateral, sendo esvaziado de sentido e de protagonismo dos sujeitos.

Com a Constituição Federal de 1946, o Estado tentou eximir-se de suas atribuições, responsabilizando as empresas privadas pelo provimento da educação das pessoas da zona rural que nela trabalhavam, aumentando as lacunas de oferta e de ligação com a realidade. A partir de 1988, os conflitos e movimentos sociais desencadearam mudanças na perspectiva e concepção de educação, direitos e deveres, tornando a educação como direito de todos e dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, prevê a necessidade de construção de um plano pedagógico que seja condizente com a vida no campo, contudo, ainda de forma tímida e inespecífica.

Os movimentos e articulações em defesa de um projeto educativo, cultural, social e econômico adequado às características da população do campo foram tomando forma e ganhando espaço de discussão, estudos e políticas públicas que as consolidasse. O Massacre de Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996 expôs a urgência da necessidade de um novo olhar sobre as necessidades do povo camponês. Assim, foi na Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO), em 1998, que esse movimento incorporou o conceito de Educação do Campo.

Essa concepção de Educação do Campo foi incorporada ao documento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2008), oriundas dos debates acumulados historicamente pelos movimentos sociais, pelas universidades, pelo governo e pelas ONG, entre outros grupos organizados que formaram a Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Nas Diretrizes, a identidade das escolas do campo é definida: (...) pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que

associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (art. 2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002).

Em 04 de novembro de 2010, o Decreto Federal nº 7.352, de que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA começa a tratar a Educação do Campo como Modalidade. Em 2014, o Currículo em Movimento do DF apresenta os Pressupostos teóricos da Educação do Campo. Em 2015, a meta 08 do Plano Distrital de Educação prevê algumas ações para a consolidação de uma Educação Básica do Campo, que foi regulamentada pelo Regimento Escolar da Rede Pública do DF, também em 2015, e a Portaria Nº 419, de 20 de Dezembro de 2018 institui a Política de Educação Básica do Campo, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Assim, numa construção processual de pensamentos, conceitos, teorias, políticas públicas e modos de produção de conhecimento, a materialização da Escola do Campo vem acontecendo de forma paulatina. Tendo como matrizes a Terra, a História, a Luta Social, o Trabalho, a Organização Coletiva, o Conhecimento Popular e as Vivências de Opressão.

A tríade estruturante se dá pela articulação dos elementos: campo, educação e políticas públicas, assim como das contradições e as relações das contradições que ocorrem entre elas. Quanto às contradições que acontecem no campo, são o agronegócio e agroecologia, monocultura e campesinato, ruralidade de espaços vazios, relação de trabalho e produção em larga escala ou para suprir suas necessidades. As contradições no âmbito da educação se dão pela pedagogia de capital, que visa preparar o indivíduo para o mercado do trabalho e a pedagogia social, que busca a formação integral dos sujeitos, impregnando de sentidos cada ação educativa realizada e fortalecendo o protagonismo de cada envolvido no processo.

Mesmo com os avanços obtidos, temos um longo caminho de transformação efetiva e materialização da Escola do Campo, e somente nos apropriando do assunto, conseguiremos mediar a definição da identidade da nossa Escola do Campo, sabendo o nosso papel na atuação para a transformação dessas contradições, apresentando a educação como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponesas criarem e recriarem as condições de existência no campo.

A concepção de Escola do Campo parte do processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema de capital e pelo acesso à perspectiva gramsciana da Escola Unitária que busca a formação humanista omnilateral, tendo em vista a formação de intelectuais da classe trabalhadora, tem como base unitária integradora entre trabalho, ciência e cultura.

A materialização da Escola do Campo se dá a partir de uma construção processual, com as transformações do modo de produção de conhecimento e as relações sociais que levam à formação da capacidade dirigente da classe trabalhadora, para que sejam capazes de elaborar novos conhecimentos, compreender e superar as contradições que a escola hegemônica tem imposto ao longo da história.

Os princípios partem do protagonismo dos camponeses, das políticas para que continuem no campo, e de que a educação não se faz para os sujeitos, mas com e pelos sujeitos, e de que não basta ter uma escola no campo, mas do campo.

Para transformar a escola, “precisamos impregnar de sentidos cada ação que fazemos”. É necessário transformar a essência, as finalidades educativas, definindo sua identidade com a vinculação às questões inerentes à sua realidade, articulando tempos e espaços, que incentive o protagonismo dos sujeitos. Seus planos de ensino devem ter ligação com a atualidade, articulação entre teoria e prática, interdisciplinaridade e a lógica do trabalho como princípio educativo, fruto da mobilização coletiva e da auto-organização dos sujeitos.

A partir da análise de referenciais teóricos como a da pedagoga socialista Nadezka Krupskaya, verificamos que existem ao menos cinco tarefas educativas básicas necessárias para a transformação das escolas de Educação Básica, que contribuem para o processo de humanização e emancipação dos seus sujeitos. Do ponto de vista conceitual, é impossível dissociar escola, educação e formação humana, pois as pessoas são inteiras, e em todos os lugares que estejam, sempre estão sob intencionalidade educativa e processo de formação. A educação deve ser pensada analisando a integralidade da formação humana. Sem ordem de importância e distinção hierárquica, citaremos essas tarefas:

- 1) Acolher os educandos como seres humanos em formação, recebendo, cuidando, valorizando suas especificidades, identificando suas vivências formativas e deformativas, para fazer contraponto ou ancorar suas necessidades formativas;
- 2) Despertar o interesse ativo pelo que há e acontece ao seu redor, de modo a abrir caminho para o conhecimento da vida, que leva os sujeitos a se envolver, se responsabilizar e agir;
- 3) Exercitar o trabalho social e a organização coletiva, mediando o resgate da vida em comunidade e interligando trabalho, estudo e auto-organização;
- 4) Organizar para que a escola atue como centro cultural, interagindo com as experiências culturais de todas as comunidades que atende. Favorecendo o acesso ao repertório cultural e apropriação prática de todas as formas de expressão, cultivo da memória, da história, do

preparo crítico para uso de meios de comunicação como ferramenta, e não como arma contra nós; e

5) Construir um método de estudo que leve em consideração a realidade viva, com uma visão de totalidade entre conceitos e a vida, centrado na atualidade em que estão inseridos.

A educação do campo não é somente uma prática pedagógica. Ela tem como tarefa efetiva, a construção de um método para que os sujeitos possam atuar e produzir conhecimento tendo como premissa a **auto-organização**, a **coletividade** e o **trabalho**, e a **atualidade** onde o par dialético forma e conteúdo são indissociáveis.

Atualidade entendida como tudo que na vida de nosso tempo tem condições ou potencialidades pra se desenvolver (as grandes questões de uma época). A **auto-organização** e a coletividade, que segundo Pistrak, deve desenvolver três principais qualidades: 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; 2) aptidão para analisar cada problema como novo organizador; 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização. O **trabalho**, considerado como princípio educativo, com valor de uso e não de troca, resultado da ação do homem sobre a natureza, transformando-a e transformando a si mesmo.

A construção do Inventário nas escolas do campo é o primeiro e fundamental passo para o conhecimento da comunidade e reconhecimento da escola como parte integrante da comunidade.

Para o envolvimento de todos os sujeitos da comunidade escolar, utilizamos a metodologia de Temas Geradores que direcionavam a investigação temática. Os dados foram obtidos em documentos, entrevistas, questionários e saídas de campo.

2.CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA:

O documento mais antigo disponível no acervo escolar é um diário de classe em nome da professora Lásara Ferreira de Araújo. Muitas histórias pitorescas remontam aos primórdios do Centro de Educação Infantil Palmeiras. Por conta da dificuldade de acesso e transporte, era comum que a professora passasse a semana na escola. Além disso, era responsável pela produção das refeições dos alunos e limpeza. Destaca-se que uma das alunas desse período passou a trabalhar na escola, ali permanecendo até sua aposentadoria em 2015. Trata-se da senhora Valdete de Brito Vanderley da Silva,

A existência de apenas uma turma era regra. Excepcionalmente atingia-se o quantitativo mínimo para formação de duas turmas. Assim, os professores que assumiam a regência da classe multisseriada também eram os responsáveis pela escola assumindo dupla função. A partir de 1995, passou a existir o cargo de Diretor.

O CEI Palmeiras sempre teve como característica uma infraestrutura deficiente. Somente em 1996 passou a contar com o fornecimento de energia elétrica, conforme registros nos livros de ocorrências. O fornecimento de água potável teve início a partir de 2008. Até aquele período, o abastecimento era realizado com a água do Rio Palmeiras, que margeia a escola e era bombeada para uma caixa d'água. Esta era feita de amianto, material tóxico e atualmente proibido para uso humano.

Em 2010 foram realizados serviços de perfuração de poço tubular profundo. No entanto, até o momento, a água extraída não é recomendada para consumo. Assim, mantém-se fornecimento de água potável por meio de caminhão-pipa. Em 2015, foi instalada uma nova caixa d'água com capacidade de 3000 litros. Em setembro de 2018 foi implantado um reservatório extra de 6.000 l que por fim, resolveu o problema da falta de água.

Tradicionalmente, o CEI Palmeiras ofertou os anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir do ano 2013 assumiu seu perfil atual: trata-se da única Escola do Campo com atendimento exclusivo em Educação Infantil no âmbito do Distrito Federal, o que a torna única tanto em suas potencialidades quanto em suas dificuldades.

Verificando nos registros disponíveis e nos ombreando em relatos orais, o CEI Palmeiras teve como primeiro responsável o senhor Valdir Castro. Até que fosse criada a função de diretor, a escola teve vários professores como responsáveis, entre eles: as senhoras Marisa Martelli Nascimento, Francisca Vieira Souza, Lúcia de Fátima Monteiro de Castro,

Rosaline Ribeiro Costa Soares, Tânia Margareth Moreira, Silvana Seixas Fernandes, Dulcinéia de Castro, Denise Valadares de Carvalho, Geraldo Rezende de Lima, Gracilda Gonçalves de P. Vieira e José Roberto Rodrigues da Cunha.

A primeira diretora oficialmente foi a senhora Leopoldina Alves de Abrantes Rodrigues, sendo sucedida pela senhora Marinalva Cavalcante de Azevedo. A partir de 2008 passou a contar com uma equipe gestora composta por diretora, vice-diretora e chefe de secretaria. As ocupantes de tais funções eram as senhoras Sirram Mustafá Mendes Magalhães, Vera Lúcia Marques Tripudi e Lurdimar Cardoso Veras. Em seguida, a senhora Gizely Ribeiro Porto assumiu a vice-direção. Em 2013 ocorreu uma troca nas funções: Gizely Ribeiro assume como diretora e Sirram Mustafá como vice-diretora. A partir de 2014 sob vigência da Lei de Gestão Democrática, foram eleitas as professoras Sirram Mustafá e Ádelly Marques Lopes, diretora e vice-diretora respectivamente, sendo que o senhor Danilo Vasconcelos Araújo assumiu a secretaria escolar da unidade. As mesmas foram reeleitas no pleito seguinte, com mandato previsto para o triênio 2016-2019. No entanto, em 2018, ocorre mais uma mudança na equipe gestora. A professora Sirram aposenta-se. Em seu lugar assume a professora Ádelly Marques Lopes. O senhor Danilo Vasconcelos, por sua vez, assume a vice-direção e a senhora Débora Nunes da Silva passa a ser nova Chefe de Secretaria. Em 2019, o senhor Ronie Rogério dos Santos assume a vice-direção no lugar de Danilo, que deixa a equipe gestora por motivos pessoais.

Eleitos no processo de Gestão Democrática no final do ano letivo de 2019, o senhor Ronie Rogério dos Santos e Ádelly Marques Lopes, assumem a função de diretor e vice-diretora respectivamente para o biênio 2020-2021. Por conta da pandemia do covid 19 os mandatos de todos os gestores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal foram prorrogados por mais um ano tendo previsão legal de realização de novas eleições no segundo semestre de 2022.

No 1º Semestre de 2020 a equipe gestora protocolou junto ao nível central da Secretaria de Estado de Educação solicitação para alteração de sua nomenclatura. Assim, por meio da Portaria 162, de 17/07/2020 do DODF 137 de 22/07/2020 transforma a Escola Classe Palmeiras em Centro de Educação Infantil Palmeiras. No início do 2º Semestre daquele ano, o CEI Palmeiras se inscreveu no Prêmio Gestão Escolar e chegou a ser finalista no nível regional.

Desde o ano de 2019, o prédio da unidade escolar é composto por quatro blocos de salas. O primeiro é composto por duas salas de aula, direção, cantina e depósito de alimentos,

depósito de materiais e cozinha para funcionários. Outro bloco é composto por sala de aula e uma sala destinada ao Serviço de Orientação Educacional, secretaria escolar e depósito de material pedagógico. O terceiro bloco, por sua vez, é composto por duas salas de aula. Por conta da diminuição do número de estudantes em 2022, uma das salas de aula foi adaptada para sala de professores. O quarto bloco é composto de banheiros tanto dos estudantes quanto de funcionários. Os blocos são interligados por cobertura metálica. Em frente ao bloco principal fica o refeitório. No fundo da escola tem-se uma horta escolar, parquinho de areia, parquinho de madeira, ducha e uma área gramada. Dessa forma, a unidade escolar possui os seguintes espaços físicos:

- 05 Salas de Aula.
- 01 sala de múltiplo uso pedagógico: Serviço de Orientação Educacional/sala de leitura.
- 02 Banheiros de professores/servidores (01 masculino/01 feminino).
- 04 Banheiros de estudantes (02 masculinos/02 femininos).
- 01 Pátio coberto.
- 01 Cozinha.
- 01 Depósito de Gêneros Alimentícios.
- 01 Secretaria.
- 01 Direção.
- 01 Cozinha para professores/servidores.
- 01 Depósito de Material.
- 01 Depósito de Material de Expediente.
- 02 parques, sendo um de areia e um de madeira.
- 01 ducha.

Dados da Unidade Escolar

- Instituição Educacional: CEI Palmeiras. Código INEP: 53006500
- Endereço: DF 205, Km 39, Núcleo Rural Palmeiras, Planaltina,DF.
- Criação: Decreto “N” nº 481-GDF, de 14/01/1966.
- Turno de funcionamento: diurno.
- Séries Ofertadas: 1º e 2º Período da Educação Infantil.

Equipe Gestora

- Diretor: Ronie Rogério dos Santos.
- Vice-diretora: Ádelly Marques Lopes.
- Chefe de Secretaria: Débora Nunes da Silva

Recursos Humanos

- Coordenador Pedagógico Local:
 - 1) Silvano Gomes da Silva
- Professores:
 - 1) Fernanda Carolina Oliveira Duarte
 - 2) Kátia Corrêa Guimarães
 - 3) Thais dos Santos Pinto
 - 4) Milena Alves dos Santos
- Orientação Educacional:
 - 1) Rebeca Carvalho de Melo Braz
- Vigias:
 - 1) Celso de França Silva
 - 2) Cleomar dos Santos Oliveira
 - 3) Edmirson Rodrigues Alves
 - 4) Paulo de Sales Riotinto
 - 5) Luiz Henrique de Luna
- Merendeiros:
 - 1) Ivanice Brito de Almeida
 - 2) Salvina Carvalho Neves
- Conservação e Limpeza:
 - 1) Maria Caroline Lopes de Oliveira
 - 2) João Alves de Souza
- Educador Social Voluntário:
 - 1) Emilly Mikaelly de Brito Silva

A totalidade das crianças é moradora do campo. Somos a única escola que atende a modalidade de educação infantil da região. Atendemos as comunidades do Quintas do Maranhão, Jardim Morumbi, NR Monjolo/ Assentamento Márcia Cordeiro Leite, NR Vale Verde, Bonsucesso, Mozondó, Vila Taquaril, além da própria comunidade Palmeiras, na qual a escola está localizada.

Nossa comunidade escolar é composta por filhos de lavradores, vaqueiros, caseiros, posseiros, empregadas domésticas, moradores de assentamento, funcionários públicos, assim como proprietários de chácaras.

Os estudantes fazem uso do transporte escolar. No entanto, a legislação não permite o

transporte simultâneo de pais e alunos. O transporte coletivo na região é quase inexistente. A distância das comunidades rurais dificulta o envolvimento das comunidades nas atividades da escola. Trata-se de um empecilho que deve ser enfrentado, pois a comunidade escolar, principal interessada, é que percebe o equívoco da legislação.

A avaliação na instituição é formativa e processual. Sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação ela compreende, valida e redimensiona o trabalho pedagógico visando o acompanhamento do desenvolvimento integral da criança.

A falta de um espaço físico adequado para as coordenações pedagógicas, falta de conectividade (sinal de telefonia ou internet) é um dificultador para o planejamento, acompanhamento e avaliação coletiva das ações.

Envolvidos com as necessidades da comunidade escolar, aceitamos o desafio de buscar soluções para as demandas dessa instituição que é a única representação do estado nessa área tão carente. No ano de 2021 a vice-diretora, o coordenador pedagógico e 3 professoras regentes fizeram o curso Escola da Terra, com o objetivo de se apropriar das matrizes, princípios e procedimentos para melhor atender a população do campo em suas variadas especificidades, e necessidades.

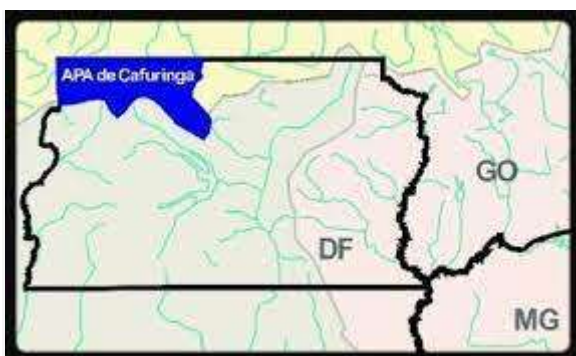
Ao nos apropriarmos da regulamentação das políticas públicas que norteiam a Educação do Campo como modalidade, tornamos a educação que oferecemos mais significativa e emancipadora.

Devemos impregnar de sentido todas as ações que realizamos no ambiente escolar, e que essas, sejam promotoras de aprendizagem para todos os sujeitos. Para isso, o inventário da realidade escolar é ferramenta indispensável.

Para obtermos uma construção dialética e coletiva da Proposta Político Pedagógica, ficamos comprometidos a promover momentos formativos de acompanhamento, orientação, elaboração do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da nossa escola do campo.

3. RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE

A escola é localizada na APA de Cafuringa. APA -Área de Proteção Ambiental de Cafuringa, foi criada pelo decreto nº 11.123 de 10 de junho de 1988. É uma área de proteção ambiental brasileira do Distrito Federal, com 46.510 hectares, ou seja, 457,25 km². Abrange as Regiões Administrativas de Planaltina e Sobradinho -DF. Limita-se a oeste e ao norte pelas divisas com os municípios goianos de Padre Bernardo e Planaltina de Goiás, ao sul pela Estrada Parque Contorno (EPTC) DF-001, e pela DF-220 e, finalmente, a leste, pelo ribeirão Contagem e pela DF-150. Além das vias citadas acima, a região possui acesso pela DF-205, BR-251, DF-170, BR-251, DF-445. É limitada ao norte e oeste pelo estado de Goiás, a leste pela DF-150 e o Ribeirão Contagem e ao sul pela APA da Bacia do Descoberto e o Parque Nacional de Brasília.



Pelo fato de englobar parte da Chapada da Contagem e da região recortada por drenagens naturais pertencentes à bacia do rio Maranhão, apresenta relevo bastante acidentado com muitas cachoeiras. Nessa APA, estão localizados os monumentos naturais mais belos do Distrito Federal: O Poço Azul, a cachoeira de Mumunhas, o Morro da Pedreira, as cachoeiras do córrego Monjolo e a Ponte de Pedra nas nascentes do ribeirão Cafuringa.

Da mesma forma, devido ao fato de conter a maior parte das ocorrências de calcário do Distrito Federal, contém inúmeras cavernas, sendo a mais expressiva a Gruta do Rio do Sal.



Ponte de Pedra – Ribeirão Cafuringa



Poço Azul



Rio Monjolo



Rio Palmeiras



Rio Palmeiras Rio - fundos do CEI Palmeiras



Pequena ponte “pinguela” utilizada pela comunidade.



Vista da vizinha e do CEI Palmeiras –Novembro/2022.,

A comunidade e a escola ficam localizadas entre uma grande fazenda à leste, uma reserva ambiental e grandes latifúndios que integram a APA de Cafuringa ao norte, e a

Reserva Ecológica monitorada pelo Campus Rural da UPIS-União Pioneira de Integração Social, ao sul. Segundo relatos orais, a fazenda citada hoje é administrada por advogados do ex-deputado Sérgio Naya. Caber destacar que o senhor Sérgio faleceu em 2009 sem herdeiros conhecidos. A reserva ambiental da UPIS que abrange 400 hectares de área preservada não habitada fica aos fundos da escola, com limite no rio.

3.1 SOLO

O solo da região abrange latossolo vermelho, latossolo vermelho amarelo, argissolos, neossolos quartzarênicos e nitossolo vermelho.



Na região da Comunidade Palmeiras, onde a escola está localizada, predomina o argissolo, que de acordo com a EMBRAPA, os argissolos distróficos e os alíticos apresentam baixa fertilidade natural e acidez elevada e, nos casos dos alíticos, além dessas características, a presença agravante dos altos teores de alumínio. Os eutróficos são naturalmente mais ricos em elementos (bases) essenciais às plantas como cálcio, magnésio e potássio. Os pequenos agricultores relatam o desafio de se cultivar na região, além da incidência de água salobra e com alto índice de metais nocivos à saúde humana oriundos de poços profundos. Dessa forma, a atividade econômica predominante na região é a criação de animais.

3.2 VEGETAÇÃO.

A vegetação da Região é vasta. Compreende quase todas as fitofisionomias do Cerrado: Campo Limpo, Campo Sujo, Cerrado stricto sensu, Cerradão, Vereda, Mata de Galeria, além de Matas estacionais.



3.3 FAUNA

Dentre os anfíbios e répteis pode-se citar: “perereca-nariguda” (*Scinax squalirostris*), “sapo-cachorro” (*Physalaemus cuvieri*), “rãzinha-grilo” (*Pseudopaludicola saltica*), “rã-assobiadora” (*Leptodactylus fuscus*), “sapo-verruga” (*Odontophrynus salvatori*), “rã” (*Leptodactylus syphax*), *Chironius bicarinatus*, *Leptodactylus furnarius*, *Philodryas agassizii*, *Epicrates cenchria*. Dentre as aves estão: “beija-flor-do-bico-curvo” (*Polytmus guainumbi*), “Rabo-branco-acanelado” (*Phaethornis pretrei*), “beija-flor-de-orelha-violeta” (*Colibri serrirostris*), “chifre-de-ouro” (*Heliactin bilophus*), “beija-flor-tesoura” (*Eupetomena macroura*). São exemplos de mamíferos da região: “Paca” (*Cuniculus paca*), “cutia” (*Dasyprocta azarae*), “rato-da-árvore” (*Rhipidomys mastacalis*), “rato-de-chão” (*Thalpomys cerradensis*), “camundongo-do-mato” (*Oligoryzomys nigripes*) “onça-parda, suçuarana”

(*Puma concolor*), “jaguaririca” (*Leopardus pardalis*), “gato-mourisco”/“jaguarundi” (*Herpailurus yaguarondi*), “onça-pintada” (*Panthera onça*).



Onça parda vista em área de preservação ambiental — Foto: Brasília É o Bicho/Divulgação



Foto tirada na frente da escola – dia 11 de junho de 2022

3.4 FLORA

Descrição sumária: Dentre as espécies do Cerrado stricto sensu se destacam: “pau santo” (*Kielmeyera coriácea*), “vassoura de bruxa” (*Ouratea hexasperma*), “pimenta-de-

macaco” (*Xylopia Aromatica*), “ipê-verde” (*Cybistax antisiphilitica*), “orelha-de-cachorro” (*Terminalia fagifolia*), “pequi” (*Caryocar brasiliense*), “sucupira-preta” (*Bowdichia virgilioides*). Dentre as referentes ao Cerradão estão: “copaíba” (*Copaifera langsdorffii*), “jequitibá” (*Cariniana estrellensis*), “cansileiro” (*Platypodium elegans*), “jenipapo” (*Genipa americana*), “lobeira” (*Solanum lycocarpum*). Entre as espécies de Matas de galeria pode-se citar: “jatobá” (*Hymenaea courbaril*), “quaresmeira” (*Tibouchina candolleana*), “pau-pombo” (*Taipira guianensis*). Pertencentes a veredas: “buriti” (*Mauritia flexuosa*), *Xylopia emarginata*, *Centropodium cornutus*, *Guarea macrophylla*. Nas Matas estacionais estão: “ipê-branco” (*Tabebuia róseo-alba*), “peroba-rosa” (*Aspidasperma pyriformium*), “cedro” (*Cedrella fissilis*). Representando os diversos campos da região temos as famílias *Syngonanthus*, *Cyperaceae*, *Eriocaulaceae*, *Velloziaceae* e *Xyridaceae*.



Pequizeiro



Ipês

3.5 TURISMO

Mesmo que ainda não estejam regulamentadas, existem várias atividades de turismo na APA, como práticas de escalada, cavalgada, caminhadas e visitas às diversas cachoeiras da região.

4.PERCURSO HISTÓRICO

O Centro de Educação Infantil Palmeiras, localizado no Núcleo Rural Palmeiras, está inserido na Comunidade Palmeiras, às margens do Rio Palmeiras, do qual engendra o nome da Comunidade e da própria escola.

A Comunidade que ladeia o rio e a escola originou-se da relação de antigos trabalhadores rurais e suas vivências de lutas e opressão em meados dos anos 60. Trata-se de funcionários do senhor Sérgio Augusto Naya (empresário, engenheiro e ex-político brasileiro, tendo sido deputado federal pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido Progressista (PP). Tornou-se nacionalmente conhecido em função do *Caso Palace II* no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1998, que provocou a morte de oito pessoas, além de deixar 150 famílias desabrigadas.

Terceiro entre nove filhos de uma família de classe média, Naya formou-se engenheiro no final dos anos 1960 em Juiz de Fora e mudou-se para Brasília, onde muitos empresários da construção civil faziam fortunas. No final dos anos 1970, se tornou sócio da construtora Sersan. No governo João Figueiredo, associou-se ao empresário Paulo Octávio, à época genro do ministro da Marinha Maximiano da Fonseca, para a construção do hotel St. Paul, onde a Marinha adquiriu 40 dos 272 apartamentos..

Estimava-se que Naya possuía milhares de imóveis no Brasil, Estados Unidos e Espanha, uma dezena de carros de luxo, três jatinhos, empresas de mineração e de turismo, fazendas de gado, além de seus negócios no ramo de meios de comunicação. Estava sempre cercado de seguranças e tinha fama de truculento, chegando a agredir o então deputado federal Agostinho Valente, que o acusara de envolvimento com o narcotráfico. Nesse período, adquiriu uma grande fazenda na região, que segundo relatos era gerenciada por um de seus 8 irmãos, o senhor Ronaldo Naya.

O senhor Manoel de Brito Vanderley, que trabalhava na fazenda para o antigo dono, Sr Nassir, continuou a prestar trabalhos para o novo dono, Sérgio Naya. Casou-se com a senhora Filipa de Moraes Cardoso e tiveram 5 filhos (Otacília, Valdete, Valdemiro, Odete e Ivo de Brito Vanderley). A família morava num canto da terra adquirida por Naya, assim como outros parentes também.

Surgiu a necessidade da criação da escola. A princípio funcionou em uma residência particular cedida sob responsabilidade do professor Valdir de Castro, mas logo teve seu prédio construído num local cedido por Sérgio Naya, onde permanece até a atualidade.



Casa do senhor Manoel de Brito Vanderley e dona Filipa em meados dos anos 80

A história do Centro de Educação Infantil Palmeiras remonta há mais de 60 anos. O primeiro documento que faz referência ao CEI Palmeiras é o Decreto “N” nº 481-GDF, de 14/01/66 (Leg. do DF – vol. IV). Por meio de relatos orais, podemos afirmar que as atividades escolares tiveram início antes desta data. Quando se tratava de uma casa particular cedida, sob responsabilidade do professor Valdir de Castro, a Escola Rural Palmeiras é citada como integrante da rede oficial de ensino. Por meio da Resolução nº 95-CD, de 21/10/76, DODF nº 30, de 11/02/77- Suplemento e A.N. da FEDF vol. II), passa a ser chamada pelo nome atual. A Portaria nº 17 – SEC, de 07/07/80, DODF nº 129, de 10/07/80 e A.N. da FEDF- vol.I, por sua vez, reconhece a escola como integrante da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal. A escola está localizada na DF 205, km 39, Núcleo Rural Palmeiras, Planaltina.

Os cinco filhos do Senhor Manoel estudaram na escola até a “antiga quarta série”, e alguns seguiram para estudar na cidade de Planaltina, pois não eram mais contemplados na escola da comunidade.



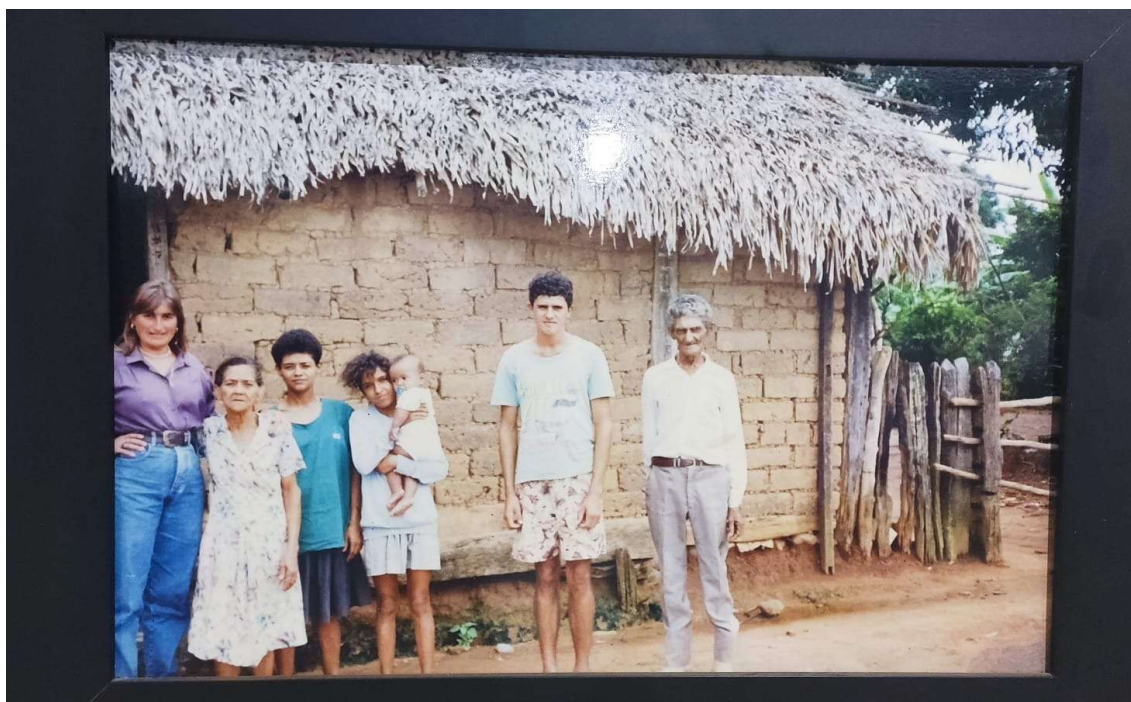
Reunião da escola e comunidade em 1986.

Depois do falecimento do Senhor Manoel e dona Filipa, seus filhos se casaram, alguns se mudaram da região, construindo suas histórias de vida longe de sua terra natal, contudo, a senhora Valdete seu marido e filhos permaneceram na terra, assim como seus irmãos Valdemiro e Ivo. Odete, seu esposo Jonas e duas filhas foram morar na sede da Fazenda de Naya. Após mais de 05 anos de trabalho, em 1991, o senhor Jonas pede para que o patrão acerte seus direitos trabalhistas pois pretendia se mudar para outra fazenda na região da Fercal, onde achara proposta melhor de salário e condições de trabalho.

Na região, a fama que Ronaldo Naya e seus jagunços matavam em prol dos interesses de Sérgio Naya se consolida com essa história. Jonas foi atraído para uma emboscada onde foi morto, sepultado e teve seus pertences jogados em uma profunda dolina de colapso com densa vegetação existente na fazenda de Sérgio Naya. À viúva senhora Odete, foi contada a história de que haviam acertado o dinheiro de seus direitos com Jonas, e que ele havia retornado para seus familiares no Rio de Janeiro, abandonando assim sua mulher e filhas para usufruir de sua “nova fortuna”. Odete incrédula de tal afirmação, procurou a polícia da região e segundo relatos dos familiares, “confirmaram” a afirmação dada por Ronaldo Naya e seus “jagunços”.

Inconformada, ela procura o jornalista Roberto Cavalcanti, repórter investigativo da TV Brasília, conhecido como repórter “Perdigueiro”. Passados mais de quatro meses do desaparecimento de Jonas, chegam à fazenda a equipe de reportagem do Roberto Cavalcanti e

a polícia do Plano Piloto. Após interrogatório, dois funcionários confessam o crime e mostram o local onde estava o corpo. Os dois chegaram a ser presos pela autoria do crime, um deles foi degolado e morto na prisão, já o suposto mandante, Ronaldo Naya que viajava regularmente para sua fazenda no norte de Goiás, segundo relatos nas proximidades de Iaciara, sofreu um acidente fatal de carro em um de seus deslocamentos.



Casa de Valdete -Ano 1989 – Professora Ana, Dona Filipa, Valdete, Adriana (filha de Odete e enteada de Jonas e seu irmão no colo, falecido ainda criança), Cláudio (também morador da região, irmão do vigia Cleomar) , e Senhor Manoel -patriarca da família.

Odete criou suas duas filhas Adriana e Ana Paula em uma casa construída com ajuda dos familiares na terra adquirida pelo direito de posse, ao lado da antiga Escola Palmeiras. O local onde ela estudou quando criança, suas filhas vieram a estudar, seus 6 netos. Hoje a sua neta Emilly é Educadora Social Voluntária do CEI Palmeiras e um enteado de seu neto é aluno do primeiro período.

Valdete teve quatro filhos, todos estudaram na Palmeiras, assim como três de seus netos. Ela se tornou funcionária responsável pela limpeza da escola em 1985, onde permaneceu até sua aposentadoria em 2015. Hoje, a sua filha Ivanice faz parte do quadro de funcionários terceirizados da empresa G&E, responsável pela merenda escolar, seu genro Ivanildo é motorista do transporte escolar que atende a escola, e seu neto mais novo Itallo é aluno do 2º período.

Ivo se casou com a senhora Salvina, tornou-se funcionário da SEEDF, trabalhou no Colégio Agrícola de Planaltina (Atual IFB) por mais de 20 anos. Em 2014 sua esposa passou a fazer parte do quadro de funcionários da G&E, responsável pela merenda escolar . Senhor Ivo, carreira Assistência a Educação , funcionário efetivado da SEDF, veio por meio de transferência a integrar o quadro de funcionários da escola no ano de 2021.



Trabalho social: Canto coral com a comunidade, ano 1988

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Desde 2013, no início de cada ano letivo realizamos uma pesquisa que engendra o nosso Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, que identifica o perfil da nossa comunidade escolar nos mais diversos aspectos: desde as características das residências, práticas ambientais, a situação profissional, escolaridade, anseios, lutas e outros saberes dos chefes de família. Contudo, somente após algumas formações profissionais, conseguimos tratar e sistematizar os dados e pautar a nossa Proposta Político-Pedagógica a partir deles. Dessa forma, ficou mais intencional o respeito às especificidades sociais, étnicas, culturais e ambientais de seus sujeitos, assegurando o direito de as pessoas serem participantes ativas do processo de construção da própria ação educativa.

Para garantir o protagonismo das crianças e de suas famílias no processo ensino-aprendizagem, utilizamos ferramentas diversificadas de coleta, registro e análise de dados e informações. Nos valem de passeios nas comunidades, rodas de conversa, entrevistas, vídeos e fotos produzidos pelas próprias crianças e seus familiares.

A Proposta Político Pedagógica do CEI Palmeiras visa orientar a escola no cumprimento de sua função social, qual seja, assegurar o sucesso no desenvolvimento integral dos alunos e das comunidades nas quais estão inseridos.

A partir da compreensão do ser como titular de direitos, valores, saberes e culturas (ARROYO, 2007), a escola fica comprometida a pensar nas articulações mais eficazes para garantir as condições básicas de vida e subsistência de todos, assim como a articulação de mecanismos que oportunizem a atuação e o protagonismo da comunidade escolar na construção da democracia participativa, da garantia e realização de direitos e justiça social.

Pautados nos princípios éticos, políticos e estéticos e nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, organizamos situações didáticas - com temas geradores, englobando os campos de experiência, permitindo o dinamismo e a interlocução entre as múltiplas linguagens, previstos no Currículo em Movimento da Educação Infantil

A totalidade dos estudantes é moradora do campo, assim, a realidade das comunidades atendidas por essa instituição, as características individuais de cada aluno e os princípios que baseiam a Educação do Campo, na abrangência da Educação Infantil, fato que torna a nossa especificidade como única entre as escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, são norteadores da Proposta Pedagógica da nossa instituição.

Tabela 1 – Local de Residência

Distribuição por localidade

Série	Turma	Vale Verde	Jardim Morumbi	Palmeiras	Quintas do Maranhão	Monjolo (Assentament o Márcia Cordeiro)	Não respondeu	Total
1° P	A	4	7	0	0	1	0	12
	B	9	1	0	1	1	0	12
2° P	A	7	5	1	1	1	0	15
	B	4	4	3	2	1	1	15
Total		24	17	4	4	4	1	54

Na perspectiva da integralidade, ao considerar a criança como ser indivisível, inteiro e único, o trabalho em educação infantil deve basear-se em princípios. Os princípios éticos, políticos e estéticos, destacados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil-DCNEI, orientam as aprendizagens a serem promovidas com as crianças. Os princípios são regras, códigos de conduta que governam nossas atitudes.

Assim, assenta-se nossas diretrizes pedagógicas nos seguintes princípios:

a) Princípios éticos: referem-se à valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. O trabalho educativo é organizado de forma que assegure às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades, por meio da escuta sensível, valorizando suas produções, e apoiando a conquista de sua autonomia.

b) Princípios políticos: referem-se à garantia dos direitos de cidadania, o exercício da criticidade e do respeito à democracia. A criança produtora e modificadora de sua cultura, participante da vida social, modifica e é modificada pelas interações que estabelece com o

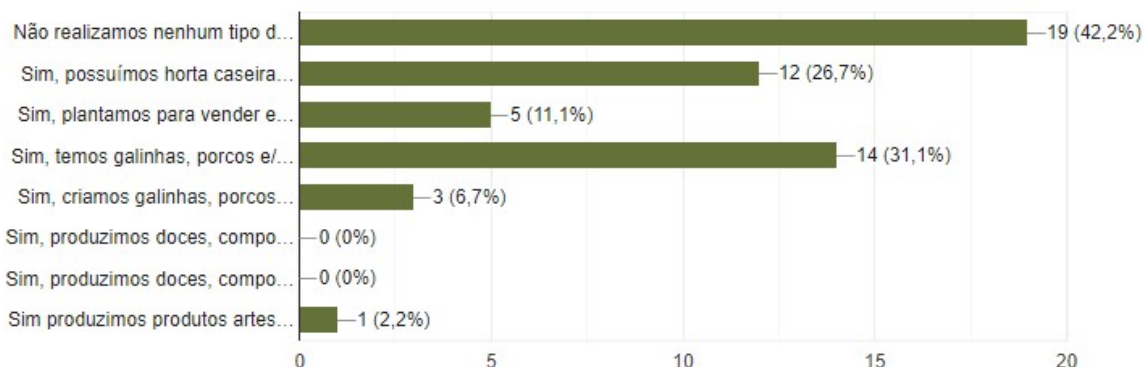
outro, com a cultura e com o ambiente, por meio das múltiplas linguagens.

c) Princípios estéticos: referem-se à valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da pluralidade de manifestações artísticas e culturais.

Ademais, adota-se os princípios para Educação do Campo, regulamentados na Portaria SEEDF nº 419/2018, de 21 de dezembro de 2018, a saber:

- I. Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, religiosos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II. Desenvolvimento das Unidades Escolares que atendem aos sujeitos do campo como espaços públicos de formação, pesquisa e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III. Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo, reconhecendo suas diferentes formas de organização;
- IV. Desenvolvimento pedagógico e curricular a partir da vinculação às matrizes formativas da população do campo, quais sejam: Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivências de Opressão, Conhecimento Popular, Organização Coletiva, identificadas por meio de um inventário da escola e da comunidade (Inventário Social, Histórico e Cultural), como atividade de pesquisa a ser realizada por docentes, estudantes e comunidade escolar em geral, de forma que os saberes e fazeres do povo camponês constituam se referência para a práxis pedagógica;
- V. Organização pedagógica pautada no trabalho como princípio educativo, na ligação do conteúdo escolar com a vida, na formação para a coletividade, por meio de processos democráticos participativos, e na alternância regular de períodos de estudos, como princípio e como método, quando se aplicar.

Por meio de levantamento etnográfico, identificamos o que as famílias produzem. Podemos afirmar que 42,2% das famílias não realiza nenhuma produção relacionada ao campo, são assalariados que trabalham na cidade e voltam às suas casas somente ao final do dia. Entre as famílias, 26% cultivam horta caseira somente para consumo próprio, e 11% comercializam suas produções. 31% produz galinhas e ou porcos e outros animais para consumo próprio, e 6,7% produz galinhas e ou porcos e outros animais para comercializar, na maioria das vezes como meeiros. 2,2% das famílias produzem doces, compotas ou itens de artesanato.



Vinculando as práticas pedagógicas às matrizes formativas da educação do campo, desenvolvemos um trabalho de incentivo e valorização à produção de hortas e produtos artesanais, assim como a criação de animais, além de podermos divulgar um pouco mais a respeito do que as comunidades que compõem o CEI Palmeiras já produziam ou começaram a produzir.

Começamos motivando as próprias crianças a partir do cultivo da Horta Escolar. Escolhemos histórias que estavam dentro do tema gerador. Começamos com a releitura da História **Rato do Campo e Rato da Cidade**, abordamos objetos, meios e modos de produção historicamente oriundos do campo, a relação de produção e consumo entre campo e cidade, trabalho coletivo, auto-organização e atualidades que objetivam ligar a escola com a vida deles.

Prosseguimos com **A viagem da Sementinha**, relacionando a materialização da agricultura como parte essencial da vida humana, pois produz o alimento que consumimos. Fizemos o boneco cabeça de alpiste para que pudessem analisar os elementos necessários para a germinação de uma semente.



Trabalhamos Clássicos da literatura como **João e o Pé de Feijão**, e obras atuais como **Horta no Mundinho**, **O Caso da Caçarola Amarela** e **A professora e o Regador Mágico**, a fim de impregnar de sentido e além de educação formal, promovermos a formação humana. Devemos realizar o todo da educação, sem cair na armadilha de separar as tarefas da escola do cotidiano dos seus sujeitos.



Buscamos despertar o interesse ativo pelo que acontece ao redor deles a partir de produções artísticas (plásticas e teatro) onde têm oportunidade de se expressarem livremente sobre a construção de suas aprendizagens, ampliando assim o seu repertório cultural.



A fim de construir um método para que os sujeitos produzam conhecimento, analisando

a transformação da realidade por meio do trabalho desenvolvido, utilizamos as matrizes formativas terra, trabalho, organização coletiva e conhecimento popular no plantio, cuidado, manejo orgânico contra pragas, colheita, execução de receitas e compartilhamento de resultados com estudantes, professores, assistentes de educação e familiares.

Ao trabalhar coletivamente, conseguimos desenvolver o senso de pertencimento, a vontade de transformar, se envolver, experimentar. As crianças que outrora rejeitavam legumes e verduras se comprometeram a experimentar, já que se tratava de produtos oriundos de suas próprias produções. Muitos aprovaram, e passaram a consumir regularmente na merenda escolar e até em casa.

A forma de socializar os conhecimentos impacta na utilização e produção de indivíduos tímidos, estáticos, com baixa estima, ou crianças de bem pequenas, como é o caso do CEI Palmeiras, pois atendemos exclusivamente crianças de quatro e cinco anos. Por meio da auto-organização e coletividade, as crianças produziram receitas de suco com diferentes frutas, legumes e ervas contidas na nossa horta e puderam compartilhar sabores, experiências e sensações. Tiveram a oportunidade de pensar, questionar, analisar e associar o conjunto de conhecimentos científicos estudados com aplicação prática à porções da realidade. Os tempos educativos são organizados de modo a transformar a realidade escolar e a forma de produção de conhecimento, valorizando a articulação entre conhecimento científico e popular e o princípio da pedagogia da alternância que valoriza a relação teoria-prática, estudo-realidade, escola-comunidade.



Ter a escola atuando como referência e centro cultural é uma de nossas tarefas. Tivemos a oportunidade de socializar esses conhecimentos na Plenarilha Regional, no Dia de

Campo na Unidade Escolar, e no Dia de Campo da Coordenação Regional de Ensino. Dessa forma a escola pode interagir com as experiências culturais de outras escolas, e de todas as comunidades que atende.

As famílias contribuíram na mostra de suas produções , afirmando ou contrapondo o nosso diálogo. Foram convidadas a compartilharem seus meios, modos e produtos de seu trabalho, utilizando-se de fotos e vídeos, que iriam compor o Inventário Escolar, enriquecendo e subsidiando a construção coletiva de conhecimento.

Fizemos uma proposta de verificação dos Tesouros da Natureza , qualquer forma de elemento natural existente em cada comunidade/lar. Sob as lentes do olhar infantil , tivemos uma devolutiva que pôde aprofundar alguns fundamentos da nossa proposta pedagógica, vinculando o conhecimento escolar com a realidade atual de vários indivíduos. Promovemos momentos de pesquisa e compartilhamento de saberes e a articulação de áreas de conhecimento, colocando em prática o desafio da escola fazer com eles, não apenas para eles. Aprendendo da própria realidade , produzindo registros dessas informações, a comunidade escolar solidificou uma intencionalidade pedagógica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos acerca da Educação do Campo e sua relação com o trabalho e formação humana, percebe-se que há muitas contradições que ainda a distanciam de sua materialidade de origem.

Mesmo enfrentando grandes resistências políticas e educacionais para que as leis que garantem o fenômeno da Educação do Campo sejam de fato cumpridas, acreditamos que temos progredido.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para provocarmos as mudanças no contexto sociopolítico e educacional que garantam a construção de uma educação de qualidade não apenas no contexto do campo, mas também nos demais seguimentos da educação no Brasil.

Considerando as informações obtidas através dos textos estudados, nas conversas informais e nas pesquisas que realizamos junto aos sujeitos do campo, é unânime a percepção que ainda existem muitas dificuldades para que haja uma efetiva transformação da realidade escolar. Foi ressaltado a precariedade de material didático-pedagógico, espaço físico inadequado, problema com transporte de pais e alunos, assim como episódios recorrentes de falta de água e luz no âmbito da Escola e Comunidade, dentre outros fatores que também dificultam o trabalho docente.

Todos os sujeitos da pesquisa concordam que a aprendizagem integral como formação humana é considerada de fundamental importância para a realização dos projetos futuros das crianças e de demais membros das comunidades, uma vez que ao adquirir conhecimento, o sujeito fica cada vez mais preparado para lutar pelos seus direitos de forma coerente, e motivado a também influenciar na esfera das políticas públicas do país.

7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Infantil. Brasília, 2ª edição 2018

_____. O brincar como direito dos bebês e das crianças, SEDF Brasília, abril de 2021

_____. TRANSIÇÃO ESCOLAR: trajetórias na Educação Básica do Distrito Federal Brasília 2021.

_____. Guia Projeto Alimentação: Mais do que cuidar: educar, brincar e interagir

_____. Guia da X Plenarinha: Criança Arteira, faço arte faço parte SEDF, Brasília 2022.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo . In: MOLINA, M. C .; JESUS, S.M.S.A. Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma educação do campo”, 2004, p. 13-52.

DISTRITO FEDERAL. Pressupostos teóricos. Currículo em Movimento da Educação Básica. Brasília: SEEDF, 2014

DISTRITO FEDERAL. Plano Distrital de Educação. Lei nº 5499, de 14 de janeiro de 2015

FREITAS, Luiz Carlos. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. Campinas: Papirus. 1995.

_____. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. In Cadernos do ITERRA, n 15, Veranópolis – RS, set. 2010

MOLINA, M. C.; SÁ, MOURÃO, L. S. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, p. 259-267.